

INQUIETAÇÃO



Que viva Mexico!
O "zapatismo": certezas e dúvidas

Dez anos
um texto de "Etcetera"

A mercadoria como espectáculo
A Sociedade do Espectáculo
excerto de Guy Debord

Percursos e concepções
Resposta à "Política Operária"

Intocáveis!!!
Futebol, Igreja e Forças Armadas

Estamos aqui, nós os mortos de sempre, e morreremos ainda, desta vez, para viver. Por isso pensamos que agora não morreremos mais de morte inútil, que é melhor lutar pela transformação.

Sub-Comandante Marcos,
selva de Lacandona, 1994.

4

1

O Colectivo Inquietação começou a constituir-se, espontaneamente, na sequência da actividade e debate que mobilizou algumas correntes de pensamento numa intervenção com ideias de autonomia e liberdade nas Presidenciais de 1985.
O denominador comum dessas correntes era não se reverem em nenhuma das candidaturas então apresentadas a sufrágio, recusando-se a exercer o voto "útil".
No decorrer desse processo e rejeitados os métodos de pequenas organizações que - à semelhança das maiores - tudo fizeram para controlar, conduzir e orientar tal movimento, veio a constituir-se um colectivo (Grupo do Porto), que recusando os métodos do centralismo democrático ou outra qualquer forma de organização hierárquica, se veio a afastar daquele processo e a dar início à publicação, ocorrida já em 1986, do primeiro número de "Inquietação". Este apontava como seu ideário: "...fazer-se eco da Recusa e da Solidariedade, denunciando tanto quanto disso tiver consciência, todas as prisões em que querem encerrar o ser humano: na injustiça social, na opressão política, na alienação consumista, no desenvolvimento auto-destrutivo, no modo de vida embrutecedor, no secretismo do saber".

2

O Colectivo Inquietação favorece a participação em iniciativas comuns, pensando, porém, que a identidade e as ideias e opiniões dos participantes em altura e circunstância alguma podem ser subjugados à vontade maioritária.

3

O Colectivo Inquietação não possui qualquer mecanismo de direcção ou controlo hierárquico e centralista, rejeitando - quer nas suas iniciativas quer naquelas em que aceite participar - afirmações vanguardistas ou de protagonismo.

4

Este boletim assume-se como eminentemente crítico e, essencialmente, como espaço de polémica, estando aberto à participação no grupo que o produz ou na redacção de textos a todos aqueles que, comungando dos valores e preocupações aqui referidos, a tal se mostrem interessados.

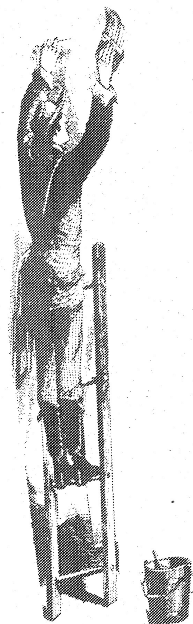
5

Este boletim publicará ou (em caso de manifesta impossibilidade) anunciará a procedência e disponibilizará todos os artigos com os quais entenda polemizar.

6

Este boletim manterá permanentemente aberto um espaço para a publicação de outros textos que receba, independentemente da posição que sobre eles tenha a equipa responsável de "Inquietação".

perdidos e achados



ida e volta
Fanzines ou o exercício do anti-poder 4
Noé Alves

amor com amor se paga
Dez Anos 5
"Etcetera"

de fio a pavio
O "zapatismo": certezas e dúvidas 14
Paulo Esperança/Luís Chambel

com as calças na mão
Casa reciclada 18
Noé Alves

colheita de primeira
A mercadoria como espectáculo 20
Guy Debord

ida e volta
Juventudeshhhhhhhhhh !!!! 24
António Eduardo

antes pelo contrário
Percursos e concepções 25
Luís Chambel/Paulo Esperança

a faca na liga
Intocáveis 30
Paulo Esperança

Capa: desenho de José Guadalupe Posada ("Calavera de un revolucionario de Zapata"), 1930.

---

mapas e tripulação

Colectivo de Produção (experimentação social, redacção, discussão, maquetagem, grafismo, fotocomposição, impressão, encadernação, distribuição: Noé Alves, Luís Chambel, Fernando Cunha, Paulo Esperança, Tino Flores, João Fraga, Fernando Lacerda, Herculano Lapa, João Paulo Monteiro, Delfina Paulino e Gustavo Rebolho. Contacto: Apartado 4013, 4001 Porto. Periodicidade: inesperada. Tiragem: imprevisível.
Os artigos assinados vinculam os seus autores e não reflectem, necessariamente, a posição do Colectivo.

Fanzines
ou o exercício do anti-poder

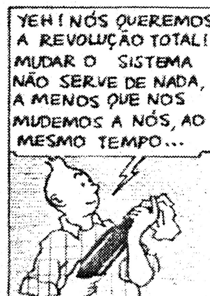
A palavra *fanzine* designa uma publicação de fanáticos, que pode ser por tudo: música, arte em geral, política ou BD; o que a caracteriza é a sua pequena tiragem, o seu aspecto artesanal, um sentido crítico desenvolvido.

A popularização dos meios tipográficos e informáticos (de informação), a partir de meados dos anos 70, apadrinhou o nascimento de publicações simples que retratassem com lucidez e uma vivência real os acontecimentos da cultura *underground* urbana. Claro que existiam antecedentes: desde os panfletos amarelecidos de propaganda política, até às edições dos *beatniks* e dos *hippies*.

De origem anglo-saxónica, o termo servia perfeitamente para designar as folhas de papel que surgiam nos concertos *punk* ingleses; os seus objectivos eram acompanhar uma *cena* que pertencia a todos, onde se falava como se quisesse e se contestava como pudesse. A palavra de ordem era para destruir dinossauros da música (*Pink Floyd*, *Led Zeppelin*, *Rolling Stones*), que atraíam a atenção total dos *media* e das massas numa posição de superestrelas longínquas das realidades sociais. Claro que as armas pertenciam à mesma so-ciedade odiada: McClaren cria na sua loja de roupas uma *anti-moda*, nas garagens e nos bares ouvem-se *rockadas* sujas de quem ainda não aprendeu a tocar. Os dois conceitos que se entrechocavam eram: o "DIY" (*do it yourself* - faz tu mesmo, auto-produção) e o "No Future" (o futuro não está no abismo dos valores da sociedade de consumo!, é inexistente!). Os *fanzines* (os autênticos, dos outros fala-se mais tarde) tomam parte activa neste processo de rebeldia juvenil, que se estenderá por toda a Europa O-cidental e Estados Unidos, propagando-se agora numa rede internacional de contactos e trocas fan-tástica: receber *fanzines* (e ideias, choque, sinceridade) do Chile, das Filipinas, da Turquia ou da Bósnia é uma realidade que muita gente desconhece mas que é possível a todos.

Com o avançar dos anos (e da técnica) surgem autênticos jornais, a qualidade começava a importar e o profissionalismo aparece, com a entrada dos estudantes universitários em cena. Não se vai falar num desvirtuamento, mas sim noutros caminhos, com características mais vanguardistas, menos imediatas e menos espontâneas. Por outro lado, a politização progressiva dos *fanzines*, sempre numa reacção anti-burguesa, irá transformá-los, muitas vezes, em órgãos de doutrina, em publicações com o apoio de partidos ou associações de (extrema) direita/esquerda.

Os *fanzines* assumem-se, a partir de meados da década de 80, como um dos suportes fundamentais da cultura juvenil urbana. As constantes divisões em tribos e grupos reflectir-se-ão nos objectivos de cada publicação para divulgar a *cena* em que se sentem mais inseridos (Punk/H.C., Gótico, BD, Anarquismo, Poesia) ou mesmo em temas diversificados mas onde as tendências se mostram quase sempre pelo gosto com o alternativo, conotando-se, conforme interesse ou não. É esta característica (divulgar, informar e reflectir sobre a *cena* que conhecem) que está subjacente em todos os *fanzines*: para construir uma prática colorida diferente do cinzento instituído; unir os interessados na descoberta de um sentido, de uma solução, do prazer e da diversão: para uma análise anti-crítica, mas sentida, sobre o que não se fala nos outros meios de comunicação; preencher o vazio que os segredos do quotidiano não deixam decifrar enquanto a vida acontece, continuando absurdamente; para a conquista de um espaço livre. Claro que outras razões podem motivar um *fanzineiro*: dinheiro; glória e fama; masturbação... Não irei falar delas porque as consequências são óbvias: editam-se dois números e acaba, ou se concebem ideias megalómanas numa atitude comercial que fugirá à noção *fanzine* e, na maior parte dos casos, como improdutiva, mais vale fazer uma revista ou um jornal.



Contestar a arte ou utilizar a arte como contestação já é uma questão velha, mas, hoje em dia, os *fanzines* prosseguem, muitas vezes tão panfletários e cheios de conceitos abstractos que até se esquecem do dia-a-dia, outras vezes tão obcecados com a *cena* que divulgam que se isolam num beco. O fascínio destas publicações é, no entanto, o suficiente para prever o seu continuar e os seus destinos encontram-se nos variados *sub-fanzines*: *newsletters*, *catálogos*, *infozines*, etc..

Noé Alves

Dez anos

Há dez anos saía o primeiro número desta correspondência. Continuávamos nela um espaço de relação, discussão e reflexão entre pessoas afins, num momento de recessão de uma actividade colectiva e crítica (longe tinha ficado já a euforia dos anos 70), num tempo que agora tem vindo a ser chamado o final da Transição.

Deixaremos para outra altura reflectir de novo sobre esse período, para tentar averiguar o que foi, o que se passou, para além da lenda. Pensar como e porquê se concluiu da maneira que conhecemos; através de que pactos políticos, económicos, nacionais, internacionais... se foi coalhando este conhecido final de 1982 (subida do PSOE ao poder). Como todo aquele bulir de ideias, de um pensamento aberto e crítico nos níveis mais diversos - do pessoal ao colectivo, no âmbito dos costumes, da criação... -, como aquele movimento social que se expressava em assembleias e, em parte, contra sindicatos e partidos, nos finais do franquismo, como tudo isto se foi concertando para chegar a esse 82 socialista que tratou tudo o que estivesse à sua esquerda como questão de ordem pública, e favoreceu um pensamento reaccionário que propiciou a passividade a todos os níveis.

"Etcetera" nascia como uma expressão mais daquela actividade no momento em que esta enfraquecia. Actividade referida a um pensamento, a uma crítica radical da sociedade capitalista. Tratava-se de afirmar um ponto de vista global e dialéctico, para além dos ismos, incorporando qualquer contribuição crítica que nos ajudasse a melhor entender a sociedade e a combatê-la; entre as certezas e as dúvidas, entre as convicções e os preconceitos, entre a compreensão e a intolerância.

Mantivemos e trocamos esta Correspondência sobre a guerra social tentando entender como esta se desenvolve, em que terreno, com que características...

Compreender também a lógica ou as lógicas que explicam a reprodução da nossa sociedade capitalista (talvez tenhamos insistido especialmente na lógica da acumulação, não para desvalorizar outras, mas simplesmente porque não as conhecíamos bem e porque esta nos parecia central) e as possibilidades da sua superação histórica, para além das modas (a contínua e sempre mutável aparição de temas revolucionários, adeus ao proletariado, etc.) e de tópicos (o comunismo morreu, etc...).

Cremos ter compreendido, denunciando-o, qual o papel que jogam na reprodução da sociedade actual o sindicalismo, o nacionalismo, a demo-

Este texto foi publicado no boletim "Etcetera - Correspondência da Guerra Social", nº 21, Junho de 1993. Trata-se de uma importante reflexão destes companheiros de Barcelona, a propósito das condições em que prosseguem a sua denúncia da sociedade capitalista democrática. Como livres pensadores, os activistas de "Etcetera", aceitando contribuições do marxismo e do anarquismo para a construção de um mundo outro, não deixam contudo, também, de criticar os que destas correntes pretendem a cristalização de uma ideologia e a crença em novas autoridades religiosas.

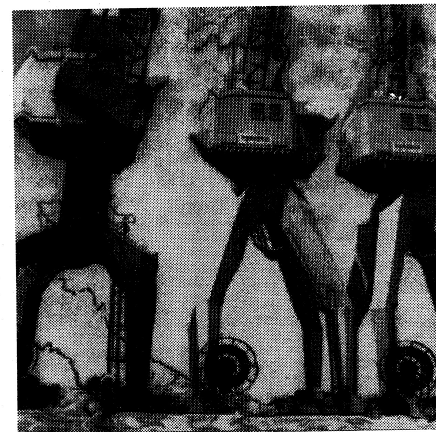


cracia, os *mass media*, a ideologia actualmente em voga da aceitação do que existe como a única coisa possível.

Dedicamos o maior esforço de documentação e de análise à compreensão dos aspectos que nos pareceram fulcrais: o processo de trabalho, a sua organização, as novas tecnologias, o trabalho em si mesmo, e as lutas que tudo isso comporta ao nível mais próximo ou afastado.

Por outro lado, este tempo serviu-nos também para continuar a experiência sobre o trabalho em equipa, o fazer colectivo, com todos os seus êxitos, dificuldades, enganos... sobre os quais reflectimos e discutimos, até constatar hoje a dificuldade deste trabalho, confrontados como estamos com a inércia da única forma de actividade que se impôs: a individual e interessada.

Segundo fotografia de Luísa Ferreira



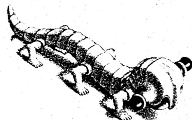
Não se trata aqui de fazer uma revisão das nossas convicções e dos conceitos fortes que nos serviam para nos situarmos e entender a nossa sociedade; em parte, porque não é nosso propósito juntar-nos à actual pseudo-revisão de todo um passado crítico («Marx morreu», «a sociedade actual é a única possível»,...).

Não, não cremos ter-nos equivocado na análise e na compreeensão da sociedade actual, nem são menores hoje as razões do nosso repúdio. Pensamos que o sistema que descrevemos e criticamos é tal qual o apercebemos e que hoje é, digamos, mais infame: o carácter fetichista da mercadoria descrito, entre outros, por Marx, explica o actual modo de vida e a civilização capitalista, de que cremos ter entendido o funcionamento a nível económico, político, técnico, do processo de trabalho, cultural, simbólico... Pensamos que, no fundamental, a sua crítica está feita.

Todavia, assim como o nosso desenvolvimento analítico continua a ser-nos válido para entender o que se passa, a impossibilidade de romper o cerco que aprisiona as nossas vidas, a nossa actividade, faz com que nos sintamos cada vez mais estranhos a nós mesmos e àquilo que nos rodeia. Esta cisão cada vez maior entre o pensar e o fazer, entre o desejo e a possibilidade da sua realização, entre a rejeição da ordem que move o mundo e a necessidade de abrirmos um espaço nele - sabendo que, no melhor dos casos, se trata somente de sobreviver - favorece este alheamento.

A dificuldade de encontrar entre nós um espaço em que a actividade de cada um se junte à de outros, acrescentando um trabalho comum, faz com que, com o tempo, amiúde impere a inércia, o encontro de rotina - que favorece a divisão do trabalho e da especialização - que serve mais de tra-

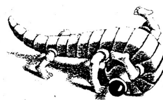
vão ou desalento do que de incentivo. Conforme a nossa experiência concreta, sentíamo-nos imersos numa tendência que unia os esforços e podia influenciar à sua volta, possibilitando uma mudança no sentido que se desejava. Agora, impera a ideia de que é inútil resistir ao devir dos acontecimentos, coagindo-nos ao envolvimento. Vivemos imersos nessa contradição.



Temos em conta o aspecto biográfico do grupo e de cada um. A constatação do pouco que modificamos ao nosso redor mais imediato e que as coisas, em geral, foram justamente ao invés da direcção em que tínhamos apostado. A distância entre o pretendido e o acontecido é tal que de uma mera constatação quantitativa ou de grau, passa a ser algo de qualitativo, introduzindo um novo elemento que modifica a nossa análise e as nossas expectativas. Sensação, pois, entre fracasso e estranheza: sobrar, ficar à margem e isto, precisamente, no momento de vida menos marginal de cada um de nós. Antes, mais à margem, mais jovens, o colectivo afirmava-se não como tal marginalidade, mas como mudança radical possível. Hoje, mais normalizados, a distância entre as expectativas vividas à margem e a mudança radical é maior e por isso, maior a nossa sensação de estranhos. A esta sensação há que juntar a mais próxima: presença da entropia, constatação do preço que cobra a vida para sorrir-te, permanência dos conflitos originários...

O ter mantido durante bastantes anos uma prática pessoal, demarcada dentro do possível da ética e das relações sociais em voga, a perda ou peneira natural de amizades, o isolamento ou deterioração laboral, o desinteresse, passividade ou ironia diante de possíveis melhorias económicas, etc., foi desencadeando diferentes atitudes, que podem ir desde o pensar que as coisas reais não são tão más quanto as tínhamos pintado (adequação de uma realidade virtual às próprias necessidades), até um progressivo cepticismo àcerca da intervenção do sujeito humano na história, passando pela gradual aceitação de aspectos da oferta de felicidade que vende, ao seu devido preço, o sistema actual. Esta subtil aceitação, que nem sempre implica, necessariamente, uma consciente e explícita renúncia à resistência - de momento, quase a única atitude paradoxal de sobrevivência - amiúde não é mais que uma forma instintiva de defesa psíquica pessoal: a busca da coesão interna.

Tentámos racionalizar, analisar, ser objectivos na compreensão das relações e conflitos sociais, explicá-los, e com este esforço, por vezes prévio, por outras simultâneo da acção, quisemos modificar aquela trajectória histórica. Entre nós foi frequente generalizar, universalizar a nossa interpretação pessoal dos factos. Esta transferência do pessoal ao colectivo, não mostra, muitas vezes, a impotência do ser humano para resolver questões que vão mais para além da nossa experiência pessoal das relações sociais? Trinta pessoas em luta num bairro não é exactamente o mesmo que um bairro em luta; dez trabalhadores que conseguem em assembleia o consenso



"Rolapés, desenhos de M.C.Escher

maioritário para deter a produção de uma fábrica, isso pode ser uma voluntária e consciente decisão ante pessoas com atitudes firmes, persuasivas e convincentes. Evidentemente, os meios audiovisuais actuais são mais persuasivos e convincentes, apesar dos seus argumentos serem banais e estarem plenamente incluídos no signo do espectáculo. Porém, que o espectáculo seja mais convincente que a razão - ou que as razões - revela a enorme fragilidade do ser humano, sobretudo no que diz respeito a uma das suas características fundamentais como é a capacidade crítica e o seu consequente exercício. Jamais as manifestações do capital chegaram ao grau de tirania e domínio, em quase todos os âmbitos, como os que alcançaram actualmente; provavelmente, nunca aquele teria podido obter pelos meios que sabemos, impô-los com tão alto grau de aceitação.

Todavia, como dissemos, não se trata de uma sensação de erro. O que anotamos, sim, é um certo distanciamento, cada vez maior, de alguns conceitos, de alguns paradigmas interpretativos que hoje nos merecem menos crédito.

Não se trata de algo brusco, no estilo da conversão a outro credo, mas sim de um distanciamento que vai ganhando força. Anotamos a seguir, alguns destes distanciamentos: o sentido da crítica hoje, o conceito de progresso...

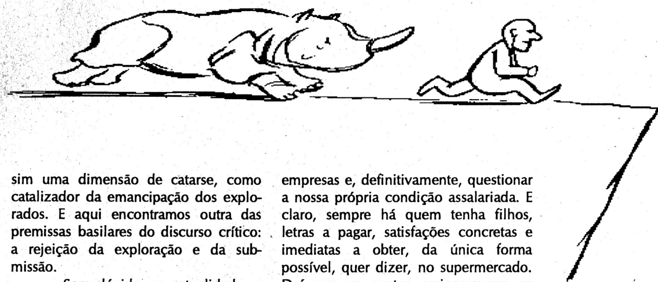


Tem sentido a crítica hoje?

Estes dez últimos anos foram ricos em acontecimentos, até ao ponto de se poder dizer que houve uma aceleração histórica, com a consequente mudança na fisionomia do mundo. Não se trata somente do desmoronamento do bloco soviético, cuja bancarrota ideológica já fora denunciada no período entre guerras pelos comunistas de esquerda, mas também do afloramento das contradições estruturais do sistema capitalista. Assume-se o estado de crise como a normalidade do sistema. A partir daí, gera-se um consenso baseado no medo, na insegurança e na paranóia, frente à miséria e ao desemprego, à agressividade dos desfavorecidos ou à invasão dos excluídos. Além do mais, este consenso articula-se num discurso angustiante que, revestido das formas do totalitarismo democrático, se veicula através de meios de difusão sem precedentes.

Nestas circunstâncias, interrogamo-nos dentro de "Etcetera" àcerca das possibilidades de fazer uma crítica radical e do seu sentido, conteúdo e perspectivas.

Na tradição histórica da esquerda, a orientação crítica apontava para a revelação das verdades ocultas por detrás da «aparência enganosa das coisas» (Marx). A função da crítica era, pois, revelar a verdade subjacente às realidades (económicas, sociais, etc.) imediatas. Deste modo, se chegava à "verdadeira consciência" ou conhecimento real do mundo. E esta tomada de consciência (de classe) comportava para os nossos críticos do século passado um elemento inseparável do movimento de transformação das relações sociais. Ter consciência torna-se sinónimo de capacidade (potencial) de transformação. O discurso adquire as-



sim uma dimensão de catarse, como catalizador da emancipação dos explorados. E aqui encontramos outra das premissas basilares do discurso crítico: a rejeição da exploração e da submissão.

Sem dúvida, na actualidade, o sistema capitalista configura um discurso explícito e obscenamente transparente. Inclusive, aduz-se o argumento da crise para legitimar o consenso e a aceitação de medidas restritivas sobre as condições sócio-económicas da população assalariada. Não se questiona o lucro, nem a lógica do mercado, nem os princípios de dominação que regem as relações entre as pessoas, etc.. A chamada reconversão industrial foi sugerida pela administração socialista sobre a base da corresponsabilização dos sindicatos e da maior parte dos trabalhadores.

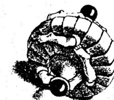
Quer isto dizer que não existe uma recusa da exploração e da obediência à lógica da dominação? Talvez o que isto indique é que existem graus e que as sociedades capitalistas desenvolvidas se constituíram como sociedades baseadas na gestão (tecnocracia) e transacção de interesses e que, no fim de contas, é em função de interesses que se opta pela "servidão voluntária", uma noção que é preciso ter em conta na hora de julgar a nossa realidade. Não há engano. Seria consolador, mas comportaria apenas uma manifestação mais de impotência. A nós, população assalariada, não nos arrebataram, os gestores da crise as conquistas das lutas reivindicativas das décadas passadas. Renunciamos a elas conscientemente, progressivamente, a troco de uma suposta segurança e porque atirar em frente supunha aproximar a quebra das empresas e, definitivamente, questionar a nossa própria condição assalariada. E claro, sempre há quem tenha filhos, letras a pagar, satisfações concretas e imediatas a obter, da única forma possível, quer dizer, no supermercado. Daí que os pactos assinaram-nos os sindicatos, mas assumimo-los todos nós. A consciência (de classe) serviu neste caso para afirmar-se na identidade proletária dependente das relações assalariadas. Entre a aposta no vazio de continuar as lutas e a servidão voluntária para garantir um determinado poder aquisitivo sem questionar a condição assalariada, escolhemos esta última.

A teoria crítica é devedora do *logos* da Ilustração. Quer dizer, privilegia o discurso lógico e o afã de racionalidade - revelar as leis e as tendências do movimento da realidade - como aspectos prevalecentes no processo de humanização dos seres humanos. A euforia racionalista que enlaça verdade, razão e realidade também parece ter ficado na bancarrota. De facto, vivemos numa forma específica de racionalidade: a produção de mercadorias, que leva, em última instância, à centralidade do dinheiro como forma social por excelência. Na nossa vida quotidiana existem outros factores que prevalecem sobre a indagação analítica. A importância de que se reveste a tecnologia da comunicação nas sociedades desenvolvidas é uma boa prova disso. A teoria crítica interpela àcerca da sociedade existente e de cada um nela, ao mesmo tempo que insinua a possibilidade de a transformar e de nos transformarmos.

A perspectiva crítica surge, pois, de um processo de reflexão, ou

Se e s t e h o m e m n ã o s o n h a e s t á p e r d i d o

seja, da colocação em jogo da componente racional dos indivíduos. Pelo contrário, nas sociedades mediáticas (dominadas pelos *mass media*), a função reflexiva atenua-se até à sua mínima expressão, movemo-nos por reflexos condicionados debaixo dos impulsos das imagens e do discurso transmitido pelos meios audio-visuais. O que prevalece aqui é a emoção, o movimento instantâneo dos sentimentos que contribuem, desse modo, para elevar os índices de audiência e para incrementar, consequentemente, o valor de mudança da imagem, crime, aberração, etc., dentro do mercado audio-visual. Pensar comporta um risco, um questionamento da realidade existente e uma indagação sempre conflitual. Pelo contrário, a relação mediática induz uma experiência não problemática; exige-nos apenas dar rédea solta aos nossos sentimentos frente às imagens programadas. Não é uma relação libertadora, mas como nos encontramos na era dos sucedâneos, também não pedimos mais; basta-nos o desafogo. Enquanto o desafio da teoria crítica nos leva à auto-responsabilização sobre as condições de vida da nossa existência, a relação mediática convida-nos à irresponsabilização, ou seja, a levar até às últimas consequências o princípio da delegação que fundamenta a dominação democrática. Talvez nos encontremos com um novo paradigma ou, pelo menos, diante do fiasco do paradigma da Ilustração (Cultura) e do seu corolário, a teoria crítica.

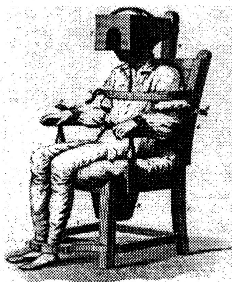


Da experiência crítica fica-nos apenas a memória do fracasso. O fracasso das tentativas revolucionárias (desde a Comuna de Paris ao Maio de 37 em Barcelona, passando por Kronstadt ou as repúblicas conselhistas de 1918-19 na Alemanha), e a frustração de ter sucumbido ante as expressões doutrinárias da emancipação (marxismo e anarquismo em todas as suas variantes). De facto, a história do questionamento do capitalismo foi presidida pelo equívoco e a tergiversação que supõe a suplantação da crítica pelas doutrinas ideológicas enfeitadas de uma linguagem aparentemente herdada da tradição crítica. Assim, estes discursos (leninistas, estalinistas, trotskistas, maoistas) enquanto formas perversas de teorização da realidade, induziram formas perversas de intervenção sobre o mundo (experiências soviética e chinesa) ou, no caso do anarquismo, a sua incapacidade para resolver na prática a "questão social", derivou na perplexidade (os anarquistas obrigados pelas circunstâncias a participar no Estado Republicano). Existem três níveis, que parecem irreconciliáveis, entre a teorização crítica do capitalismo, a sua formulação como discurso programático (político) e a experimentação do mesmo (ensaios revolucionários).

De facto, a teoria crítica encontra-se entalada entre o estorvo do fracasso (experiências falidas do passado) e a aposta de vazio que supõe a projecção crítica e o seu aprofundamento no presente; quer dizer, a negação de uma realidade que nos impõe a negação de nós mesmos como proletários, consumidores, cidadãos... A opção crítica é, afinal de contas, uma decisão de viver a tensão dramática que supõe negar aquilo que nos constitui. É uma aposta dramática, ou trágica, segundo as circunstâncias.

Contudo, uma das razões do fracasso da crítica há que cifrá-la na sua conversão em crença. As formas em que se expressou (comunismo, anarquismo) não terão sido senão a réplica secularizada do ideal que anima as religiões; a saber, que é possível conseguir a harmonia e a convivencialidade perfeita (perdida?) sobre a terra. Se é assim, tal constatação levar-nos-ia a questionarmo-nos sobre a pertinência do ideal como elemento motor na acção transformadora. De certo modo, a teorização marxiana veio conferir uma fundamentação racional - a partir da análise da realidade objectiva - à aspiração igualitária. Sem dúvida, vemos que, na actualidade, tal formulação não se ajusta ao sentir nem ao discorrer das gentes. Significa isso que há que renunciar a essa aspiração transformadora num sentido igualitário ou que há que realizar uma reorientação ética para um tipo de acção desesperada, limitada a uma moral de resistência e auto-defesa mais do que a grandes projectos transformadores?

Também poderia ser que a inoperatividade da crítica, como derivação das consciências, obedeça à impossibilidade prática de elaborar um discurso crítico que delimite um espaço conceptual e epistemológico, assim como uma metodologia de análise radicalmente distinta das expressões ideológicas dominantes. No momento em que se elaboraram os fundamentos da crítica marxiana, o sistema capitalista podia delimitar-se formalmente à volta de duas categorias sociológicas (classe burguesa, classe operária); assim, o Capital aparecia como uma relação social definida com base na polaridade existente entre duas classes. Sem dúvida, essa relação social que denominamos Capital evoluiu, complexizou-se, de modo que a aproximação analítica com o instrumental teórico herdado do passado se tornou cada vez mais problemática.



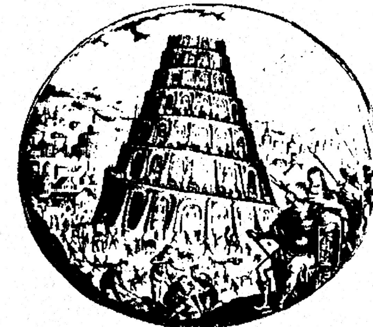
"Tranquilizador", instrumento que foi(?) usado nos manicómios

As formações sociais do capitalismo tardio não respondem ao modelo que foi o ponto de arranque da crítica marxiana. Daí que seja detectável uma limitação do pensamento crítico quanto à sua validade em todos os níveis de análise das sociedades capitalistas desenvolvidas. Assim, o que se apresentou como crítica real e objectiva (e verdadeira) da realidade capitalista, revela-se-nos actualmente como um laço de paradoxos.

A crítica realiza-se na crise. O próprio facto da crise é a materialização da crítica. Podemos observar a extensão da proletarização e a consequente autonomização do capital como lógica do sistema à qual se atêm as vontades das pessoas em todos os âmbitos da hierarquia social. A crise de lucros, por outro lado, parece confirmar a queda tendencial da taxa de lucro, etc.. Quer dizer, num nível de teorização, a validade do enfoque crítico marxiano ainda parece vigente. Sem dúvida, entre a verificação das grandes tendências das análises macro-sociais e a dinâmica dos acontecimentos micro-sociais, parece não existir correspondência alguma. E ainda mais, não existe nem sequer no plano teórico uma formulação convin-

cente que dê conta da conexão (ou desvio) existente entre a constatação das condições objectivas (crise tendencial do sistema) e as suas repercussões sobre as condições subjectivas (vontade de transformação e de mudança social). Aqui radica um dos vazios teóricos do pensamento crítico, que a noção de *praxis* também não consegue colmatar.

Dito de outro modo, a contradição inerente à relação social baseada no trabalho assalariado é apenas uma formulação verificável num certo nível de análise, já que em outros níveis do sistema (ou subsistemas, se se preferir) se nos apresenta como conflitual (um conflito de interesses). Esta versatilidade não afecta somente o pensamento crítico, faz-se também extensível às formas do pensamento dominante. A própria irresolução do sistema capitalista, que nem foi abolido nem é capaz de erigir-se em projecto de futuro, mantendo o ritmo expansivo de outras fases de desenvolvimento, faz com que apareça como uma realidade paradoxal. Se a contradição reconhecida como tal gerava ideias, consignas, projectos, o paradoxo induz à perplexidade e ao colapso da imaginação. O pensamento crítico aparece realizado e irrelevante e as formas da ideologia dominante esgotadas; daí a volta às suas formas precedentes, a Idade do Ouro (neoliberalismo, neokeynesianismo, etc.).



O conceito de progresso

Distanciámo-nos também de uma certa ideia de progresso, ligada ao desenvolvimento das forças produtivas (ao desenvolvimento da economia), e de uma visão da história acumulativa, universal e finalista.

Não é que partíssemos do determinismo económico que propagou o marxismo, segundo o qual o desenvolvimento das forças produtivas traria o comunismo, ou segundo o qual seria inelutável e, por isso, progressista, a etapa capitalista. Já com Marx vimos que isso dependia também da acção dos homens e que, dadas determinadas circunstâncias, a etapa capitalista podia ser obviada (correspondência com Mikhailovski àcerca da Rússia). E também anotamos, desta vez contra ele, a sua concepção teleológica (finalista) da história, lógico tributo como homem ilustrado do seu tempo.

O estudo de algumas sociedades primitivas - nas quais se dava actividade humana em vez de trabalho, doação em vez de troca - (Sahlins), o estudo da revolução neolítica (Lévi Strauss, Clastres), fazia-nos já relativizar a ideia de progresso e a concepção acumulativa da História. Esta crítica foi tomando força e agora prevalece. A História só às vezes é acumulativa, o progresso não é contínuo. As forças produtivas não só se convertem, em dado momento, em forças destrutivas, mas são também (ao mesmo tempo) forças destrutivas.

Hoje, o que constatamos é a primazia destas forças destrutivas (nas relações entre os homens e nas dos homens com a Natureza). Sim, no pós-guerra e até finais dos anos 60, o capitalismo no auge económico podia ir acompanhado de uma ideologia progressista e de uma actividade reformista, hoje nada disto tem cabimento, hoje não há lugar para a negociação e a reforma; o reformismo é hoje utópico. Hoje constatamos simplesmente a essência desta relação social capitalista baseada na produção de objectos, não para o seu uso, mas para serem vendidos enquanto mercadorias, transmutando a relação entre homens em relação entre coisas. Esta relação social baseada na Forma mercadoria estendeu-se, generalizando pois esta coisificação ou alienação que hoje constatamos.

Não se trata, com isto, de afirmar agora um progressismo ao revés (a progressão da alienação) dentro ainda das ideias do universalismo ilustrado e das verdades totais e finais de que dizíamos termo-nos mais ou menos afastado. Como tão pouco se trata de nos juntarmos ao decrépito - e hoje aqui, em Espanha, cínico - «qualquer tempo passado foi melhor».

Precisamente, o que hoje também constatamos são os limites desta tendência do Capital em con-verter o mundo em mercadoria, em converter qualquer actividade em tra-balho assalariado, em converter qualquer objecto em mercadoria..., esta tendência do capital de homogeneizar todo o que toca, tendência em definitivo, de mundialização do capital ou capitalização do mundo. Vemos que depois de 200 anos de desenvolvimento da Forma mercadoria grande parte do planeta está espoliado pelo capital mas não capitalizado (quer dizer, explorado do ponto de vista capitalista: proletarização, urbanização...), porque não pôde desenvolver a sua tendência homogeneizadora, e vemos também, na parte essa sim capitalizada que tão pouco o conseguiu, porque constatamos a persistência do diverso, a persistência da heterogeneidade.

Talvez a explicação da não resolução total desta tendência homogeneizadora (tendência de morte) esteja na resistência autónoma à dominação e na própria contraditoriedade e não linearidade da Forma mercadoria, quer dizer, no facto de que no próprio trabalho assalariado susbsiste actividade humana, ou que, por exemplo, na produção mercantil de objectos haja também criação, em definitivo no facto de que no valor de troca haja também valor de uso. Talvez a nossa sensação hoje, mais do que um progressismo ingénuo (ilu-sório) ou que um pessimismo acrítico, é que o progresso se dá, talvez por saltos, mas que não é acumulativo nem num sentido nem no outro, nem para diante nem para trás; e que o salto, ao coincidir a homogeneização com a tendência capitalista de morte, só pode vir do heterogéneo.



Consideramos estes conceitos centrais para explicarmos como nos sentimos actualmente no nosso "que-fazer", há todavia muitas outras dúvidas que nos continuam a manter inquietos. Porque ainda que, como dissemos, o pensamento crítico apareça realizado e irrelevante e sintamos a imaginação em colapso, negamo-nos a aceitar o que existe, admitindo a impotência. Por isso, reafirmamo-nos em função da crítica, como uma verdade mais, como a que melhor se ajusta à nossa concreta forma de exprimir o nosso estar no mundo. Continuaremos a pensar sobre os acontecimentos e a lógica que os move, porque, a nível concreto de grupo, e pessoal de cada um, disso necessitamos.

Passaram dez anos e passaram-se diante de nós muitas coisas; algumas delas sur-preenderam-nos e arrastaram na sua dinâmica paralisante, mas serviram-nos também para constatar a precaridade e as fissuras da ordem económica e social que conhecemos. Não está tudo dito, nem dentro nem fora de nós e assim como observaremos os movimentos do capital, continuaremos a interrogar-nos sobre os comportamentos humanos que surgirem para detectar as dissidências, as outras lógicas que registam o nosso corpo.

O "zapatismo": certezas e dúvidas

PAULO ESPERANÇA / LUÍS CHAMBEL

«Pela minha voz fala a voz do EZLN, um quartel, um "bunker", uma fábrica de armas, um centro de treino militar, um paiol de explosivos.
Aguascalientes, Chiapas, a Arca de Noé, a Torre de Babel, o barco selvático de Fitzcarraldo, o delírio do neozapatismo, o navio pirata. O paradoxo anacrónico, a terna loucura dos sem rosto, o despropósito de um movimento civil em diálogo com um movimento armado!»

Sub-Comandante Marcos,
abertura da CND, a 6 deAgosto de 1994,
selva de Lacandona, Estado de Chiapas, México.

Os «índios revoltaram-se», «regressou a utopia de Che Guevara», recomeçou a «luta contra a miséria», ressuscitou a «táctica da guerrilha camponesa», nasceu a «ideologia para o século XXI», surgiu a redenção dos «revolucionários desempregados», o «mundo cinzento ganha cores de esperança»! Em Chiapas, «começou o futuro», está a nascer um «México lindo», erguem-se, de novo, as «vítimas de quinhentos anos de opressão e genocídio»!

Surpreendentemente, a revolta "zapatista" que tem como "sede" a floresta de Lacandona, sul do Estado mexicano de Chiapas, serviu e serve para o exercício, nomeadamente na comunicação social, das mais variadas análises interpretativas com os inerentes olhares de admiração ou desconfiança.

Uns admitem tratar-se de um novo, inesperado e decisivo movimento democrático revolucionário de massas humildes e exploradas. Outros apresentam-na como um sub-produto, extemporâneo, das velhas e generosas lutas rebeldes da América Latina! Outros, ainda, atribuem-lhe um carácter conjuntural, "pequeno-burguês nacionalista", estranhando a via revolucionária como caminho para a prossecução de "reformas"! Há também os que apenas vislumbram posturas "folclóricas", "épicas e mitológicas", sem grande consistência política ou ideológica! Como noutras situações, há gente que desconfia das "virtualidades" desse movimento, não se coibindo de ver a «mão interesseira americana», de forma a contribuir para a desestabilização dum regime que se começa a tornar incómodo! Há também os que, como o Partido dos Trabalhadores do México, acusam o EZLN de ser o «melhor aliado do PRI» e contributo decisivo para que este ganhasse as eleições de Agosto último.



Talvez um pouco por tudo isto, talvez porque a solidariedade internacionalista tenha sido substituída pelo "bom senso" e pelo "passar ao lado de assuntos incómodos, é "compreensível" o estranho silêncio de partidos, organizações e correntes que, em Portugal, não se têm negado, por vezes de forma acrítica, a exercerem o papel de propagandistas de movimentos e processos de luta com objectivos idênticos ao de Chiapas.

Sendo a informação fidedigna escassa e os ecos da realidade objectiva, limitados, seria legítimo suscitarem-se dúvidas, que não silêncios, sobre o valor acrescentado pela sublevação "zapatista" à luta dos povos oprimidos contra a tirania e a miséria.

Porque em Chiapas EXISTE, de facto, um movimento de contestação ao regime político mexicano, porque o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) está no terreno dessa contestação, porque não é despiciendo organizar-se uma Convenção Nacional Democrática (CND) com mais de seis mil pessoas em território não controlado pelo poder institucional com o "simples" objectivo de «discutir o futuro do México» e, apesar da pouca diversidade informativa, o "fenómeno zapatista" permite, ainda que com margem de erro, extrair algumas

ideias e conclusões, essencialmente destinadas a fazer despertar a atenção para o seu futuro e para a sua evolução:



1- O EZLN será um movimento armado não isolado das populações indígenas, que controla uma parte do Estado de Chiapas, provavelmente em território de difícil acesso. Confrontar o exército mexicano durante dias, *directamente*, organizar logisticamente uma CND no meio da selva, possibilitar a discussão sem a obssessão de resultados, são três factos que poderão evidenciar não se estar na presença dum grupo isolacionista, sectário ou desligado das populações das zonas onde se movimenta. E, o que não deixará de notar-se ao ter em conta outros casos similares como, por exemplo, o do grupo Sendero Luminoso no Peru, não são indiciados quaisquer comportamentos coactivos na sua relação com essas populações.



2- Numa época de "diálogos" e "consensos", de "resolução pacífica das desigualdades e dos desequilíbrios entre ricos e pobres", o carácter completamente imprevisto do surto de um movimento armado deste tipo, generalizadamente justificado e compreendido, nomeadamente no México, representa um sinal claro de que a "paz podre" tem limites de tolerância.

3- E tanto mais inesperado se tornou, já que, nos últimos anos, principalmente naquela região do mundo, a "norma" é, exactamente o contrário: quer em El Salvador, quer na Colômbia, importantes movimentos guerrilheiros - Frente Farabundo Marti e M19 - abandonaram a luta armada para se integrarem no processo institucional.

4- Não seria, também, de esperar que um movimento deste género surgisse no México, uma relativamente importante potência económica do continente americano que, conjuntamente com os Estados Unidos e o Canadá, celebrou um acordo de comércio livre - NAFTA - há bem pouco tempo.



5- Já será mais "natural" compreender-se a razão da "sede" da rebelião se localizar em Chiapas, que tem como capital política S. Cristobal de las Casas: trata-se duma cidade cujo nome perpetua a memória do bispo Bartolomeo de las Casas, que no século XVI ergueu violentamente a sua voz e os seus escritos contra o colonialismo espanhol e o genocídio dos índios naquela região.



6- Pouco "natural" e incómodo deve ter sido para o Governo "vitalício" do Partido Revolucionário Institucional (PRI), a acção "zapatista", que não teve outra saída que não fosse estabelecer plataformas negociais, mesmo que sem a concordância do EZLN, mediadas pelo bispo de S. Cristobal, Samuel Garcia.

7- Plataformas negociais essas que, a fazer fé nas declarações dos dirigentes "zapatistas", se destinariam, tão só, a sumariar uma resolução da "crise". Ao que parece, e a imprensa mexicana deu-o à estampa, Camacho Solis, designado por Salinas de Gortari (ex-presidente do México) como "delegado para a Paz em Chiapas", *apenas* terá exigido, face à intransigência dos guerrilheiros, que estes *aparentassem* desistir dos seus objectivos, simulando um anúncio de acordo, para o que receberiam, em troca, apoio financeiro. O que levaria Marcos, subcomandante do EZLN, a afirmar que ao seu movimento «não lhe interessa aparentar ser honesto: interessa-lhe, de facto, ser honesto»; e reforçando esta ideia, a acrescentar: «Não nos atraem os cantos de sereia para nos dar acesso a um mundo que nos olha com desprezo e desconfiança, que despreza o valor do nosso sangue e oferece fama em troca de dignidade».



8- Uma curiosidade que ressalta é o objectivo da luta "zapatista": trata-se, nas palavras dum camponês de Chiapas, dum movimento que não reivindica «o poder dos trabalhadores, a vanguarda operária, o controlo dos meios de produção». De forma "recuada", exige o respeito pelos «direitos dos índios», rebela-se

contra as «condições de vida infra-humanas», coloca-se «às ordens» duma CND cujo móbil principal é a «mudança de regime» e a «passagem pacífica para a democracia».

Nada de "socialismos" ou "comunismos", nada de exaustivas e elaboradas propostas para a "resolução da crise", nada de tentativas disfarçadas para partilha das "migalhas do festim".

«Ao nível nacional, há muito descontentamento, mas faltava quem estivesse disposto a dar uma lição de dignidade, e isso coube aos habitantes mais antigos, aos originários deste país que agora se chama México. Coube aos mais ínfimos cidadãos deste país levantar a cabeça e com dignidade». «Façam vocês o mesmo, dentro da vossa ideologia, com os vossos meios, dentro das vossas convicções, e façam valer a vossa condição humana», desafiavam os "zapatistas" no início do ano, do alto de uma varanda de S. Cristobal de las Casas!

Numa época de omissões e desistência, encetar a luta armada para que a miséria não seja o futuro, revela uma notória coragem de afirmação de ideais, por mais "reformistas" ou "nacionalistas" que possam ser!



9- Um outro aspecto interessante deste processo é a recusa, pelo menos verbalizada, de qualquer tentativa hegemónica ou vanguardista! É habitual, em movimentos deste teor, serem as armas a decidir e impor as regras e os comportamentos políticos dos restantes "parceiros" de percurso.

O que se conhece do EZLN aponta, nalguma medida, para o contrário!

«Lutem! Lutem sem descanso! Lutem e derrotem o Goveno! Lutem e derrotem-nos!». «Não à glória duvidosa de ser a vanguarda das múltiplas vanguardas históricas que padecemos!», afirmava o "rosto público" (ainda que secreto) do EZLN, para logo exortar os presentes na CND: «Pedimo-vos respeitosamente que não atraiçoem os vossos ideais, os vossos princípios, a vossa história. Não esqueçam as diferenças que nos separam. Mas disfarcem-nas por uns dias, umas horas, para mostrar ao nosso inimigo!».

Independentemente de não se conhecer o modo como se estrutura o EZLN, que tipo de relações hierárquicas favorece, que posturas desenvolve com as populações das áreas em que se movimenta, parece de realçar a preocupação de não querer «monopolizar a vanguarda», ou dizer que são «a luz, a única alternativa», ou «monopolizar o adjectivo revolucionário para esta ou aquela corrente»! «Dizemos: tomem consciência - isso devemos fazê-lo!», afirmava Marcos na CND.

10- Ligados à assumpção do vanguardismo, é costume aparecerem em movimentos como este, e não só, factores induzidos para o exercício do culto da personalidade em torno dos dirigentes ou figuras públicas que os corporizam e representam. É uma velha regra, que secundariza decisões colectivas, produzindo vaidade e promovendo gente sedenta de poder.

«O uso do passa-montanhas, além de obedecer a elementares medidas de segurança, constitui uma medida preventiva contra o "caudilhismo"»! «O capuz é para evitar protagonismos, porque, às vezes, tendemos nós, os que fazemos estas coisas, a aparecer muito»! «Trata-se de ficar no anonimato, não porque tenhamos medo, mas para evitarmos corromper-nos moralmente»! «A única imagem é que quem move tudo isto está mascarado. E depressa chegará o momento em que o povo tomará consciência de que basta ter dignidade e usar um capuz e diga: Bom, então eu também posso»!

É óbvio que o "simples" facto de se sub(?!)comandar um *pre* exercício de poder; sabe-se, também, que, apesar de "sem rosto", se tornou já lendária e mitológica a figura dos "encapuçados", em especial Marcos; apesar de tudo isto, é relevante a preocupação - o que significa crítica objectiva aos modelos conhecidos - de retirar do EZLN a tentação do "protagonismo", do "show off" e da "mediatização" dos seus porta-vozes!

11- Tem sido prática comum a alguns movimentos guerrilheiros (?) na América Lati-

na o recurso a actos mais ou menos intimidatórios sobre populações de zonas por si controladas, que acabam por viver num clima de medo e serem vítimas de uma opressão vinda de ambos os lados. Surgem, por vezes, também, conexões evidentes com bandos ligados ao narco-tráfico! A suportar todos estes comportamentos, que fazem esbater as fronteiras entre acção revolucionária armada e banditismo, a teoria de que «os fins justificam todos os meios»!

Publicamente, os "zapatistas" têm expressado a sua oposição a tais métodos, e avançam: «Para obtermos armas, nunca recorreremos ao furto, ao sequestro, à extorsão»! «A isto, ao facto de nunca termos recorrido ao banditismo para conseguir algo, se deve o facto de os aparelhos repressivos do Estado não terem conseguido descobrir e interromper a nossa acção durante estes dez anos de preparação séria e escrupulosa».

Embora se reconheça ser discutível a definição de "banditismo", ainda que a justificação apresentada para a não descoberta pelas polícias da preparação e organização do EZLN seja ingénua, este cuidado de não criar situações que possam assumir carácter dúbio revela uma compreensão clara dos erros que outras organizações congéneres cometeram e cometem!

Sem embargo de todas as considerações que ficam feitas, mesmo que extemporâneas, como «gato escaldado de água fria tem medo», porque há zonas nebulosas na compreensão do que significa, *de facto*, o "zapatismo" e o ELZN, será legítimo deixar, como rodapé, algumas interrogações, não como crítica leviana e desfocada, mas sim em sinal de predisposição para atenções futuras:

1- De onde vem, na realidade, o dinheiro? Não sendo plausível que sejam os camponeses pobres de Chiapas a



"sustentarem" os guerrilheiros, e sabendo-se que uma organização política - muito mais quando clandestina - não sobrevive apenas com o resultado de "dádivas", pode perguntar-se onde e como é conseguido o "apoio financeiro", já que, a fazer fé nas declarações "zapatistas", proveniente de "recuperação de fundos" não será!

2- Não sendo crível que Marcos seja um indígena de Chiapas, como e de onde surgiram os dirigentes da revolta "zapatista"? Que legitimidade houve para "encabeçar" uma acção de protesto pelos "direitos dos índios"? Há correspondência efectiva entre as declarações produzidas e o funcionamento do EZLN? Como são as relações com as populações autóctones? Elas têm, ou não, algum poder decisório?

3- Que alternativas políticas e ideológicas, agora que o PRI ganhou "mais ou menos democraticamente" as eleições de Agosto último? Estarão as questões da democracia - e que sentido têm, aqui, as vertentes desta palavra? - resolvidas? A miséria que originou a revolta está em vias de desaparecer?

4- Que posição perante a miséria e a opressão a que estão votados outros povos do planeta? Há alguma manifestação de solidariedade internacionalista?

5- Que modelo de sociedade preconiza o EZLN dentro do quadro do "regime democrático" por si defendido?

«Estamos aqui, nós os mortos de sempre, e morreremos ainda, desta vez, para viver. Por isso pensamos que agora não morreremos mais de morte inútil, que é melhor lutar pela transformação. Se hoje morrermos, não será com vergonha, mas com dignidade, como os nossos antepassados. Não devemos rendernos, devemos lutar por um mundo mais justo»!

Como em Chiapas, no início de 1994, tudo isto será épico, utópico, poético, ou simplesmente a única coisa que resta aos povos oprimidos!

Tão simples... mas tão complicado! A merecer atenção cuidada!

NOTA: as citações aqui reproduzidas foram extraídas de diversas peças da comunicação social e de dois artigos de opinião publicados no "Público", por HELDER COSTA e DIANA ANDRINGA.



Casa reciclada

NOÉ ALVES

... Mas nem toda a juventude de hoje aspira aspira ao mesmo tipo de sucessos. Aqui, não se trata apenas de recusar a posição fatalista dos "sonhos impossíveis". Trata-se também, além de os desmentir (embora com a consciência do precário), de reflectir nos passos dados e não esmorecer às primeiras e inevitáveis dificuldades.

A experiência de dois meses e meio de ocupação de um imóvel, ao qual se chamou "Casa Reciclada", no Porto será recordada pelos seus intervenientes durante muito tempo.

Ocupar uma casa para fins sociais estava há já vários anos na cabeça daqueles que observaram, escutaram ou leram sobre experiências nesse campo em países como Espanha, Alemanha e Holanda (sem esquecer o período especial do 25 de Abril em Portugal). Como movimento espontâneo até à sua auto-organização decorreram mais de 20 anos nas cidades do norte da Europa. Factores que contribuíram para o seu aparecimento foram: a progressiva divisão das cidades em zonas especializadas - que levou ao abandono de inúmeros espaços no interior das cidades e à sua total descaracterização humana; a política imobiliária selvagem e os jogos especulativos entre as autoridades camarárias e as empresas de construção - daqui resultando o aumento de preços e zonas urbanas entregues à poluição, ruína e a vias rápidas; a ocupação de locais pelas vagas de emigrantes, do campo e dos países "subdesenvolvidos", que chegavam às cidades; a maior dificuldade em encontrar casa para viver devido aos seus preços; o aumento do desemprego; o agravamento das condições de vida nas cidades; a



maior radicalização da juventude; a defesa dos ideais comunitários face ao cada vez maior isolamento individual da vida urbana.

Em Portugal, a situação das maiores cidades é idêntica ao referido. Por outro lado, a opinião pública está adormecida; as associações de moradores são ineficazes; as instituições tradicionais



são sufocantes. Urge construir e defender espaços de liberdade e encontro.

Foi de alma e coração aberto que pessoal interessado nestes problemas iniciou, o ano passado, a procura efectiva de um espaço abandonado, com o objectivo de o reconstruir e adaptar ao sonho de uma sociedade livre; a maior parte eram estudantes de idades entre os 17 e os 25 anos. Em diversas tentativas verificou-se, com alguma perplexidade, a enorme quantidade de casas já ocupadas e as "casas de passagem" de toxicodependentes. As noites sucediam-se, viram-se casas destruídas de propósito, um grupo teve alguns problemas com agentes da autoridade que, na esquadra lhes roubaram ferramentas. Procurou-se ainda o contacto com advogados e informação legal sobre ocupações.

Em Novembro, uma casa foi escolhida, deixada uma marca cá fora e, posteriormente, ocupada; foi imediatamente iniciada a sua limpeza e restauro. Após algum tempo, era um local de convívio diário e várias dezenas de pessoas por lá passavam, ajudando e contribuindo com amizade, utilidades, mobílias. O contacto com os vizinhos foi fácil, através de uma excelente relação entre os okupas e uma comerciante da rua, elo de ligação que se verificou, mais tarde, de enorme importância. As propostas de utilização da casa surgiram: habitação, *ateliers* de artesanato, centro de docu-

mentação, cozinha económica. Um centro social adivinhava-se e fizeram-se os planos de acção, escolheu-se o nome "Casa Reciclada", produziram-se panfletos de divulgação que foram, de início, timidamente entregues. Mais tarde, uma das casas do lado foi ocupada por crianças da rua.

Através de várias fontes, soube-se que a casa pertencia a um empresa imobiliária e que seria destinada, em conjunto com as outras do lado (seis ao todo), à construção de um hotel, mas não existia qualquer pedido de alvará nos serviços camarários. A única voz contra o pessoal parecia vir do antigo dono, ao que que parece antigo brigadeiro do exército, que apesar de não se descortinarem quaisquer interesses seus neste assunto, avisou a empresa e se insurgiu contra a presença dos okupas no edifício; nunca procurou o contacto directo; como não se conseguia descobrir onde habitava, o grupo ignorou essa personagem.

Prosseguia a vivência e calavam-se as bocas dos fatalistas, que sempre predisseram que um acto destes era «impossível em Portugal».

A organização era assembleária, nas reuniões semanais discutiram-se objectivos e o espírito de união avançava a olhos vistos. Havia o medo de que os jornais antecipassem a divulgação e estabeleceu-se que, só quando uma ou duas das propostas de utilização se verificassem prontas a começar, se divulgaria a casa.

Alguns problemas aconteceriam, conforme o número de pessoas envolvidas aumentava. Algumas festas de fim-de-semana aborreceram os vizinhos, as coisas por vezes fugiam ao controlo, as drogas (proibidas na casa) foram motivos de desavença entre o pessoal. Recebeu-se a visita de polícias à paisana, que queriam «ver a casa», retirando-se depois humildemente do local.



Os acontecimentos precipitaram-se quando, no dia 17 de Janeiro, de manhã, uma equipa de operários da construção civil, atacou a casa pelo telhado, destruindo-o totalmente. Não divulgaram o nome do empreiteiro, estavam escalonados por um sub-empreiteiro, não apresentavam nenhuma ordem camarária para obras. Foram impossibilitados de trabalhar pelos okupas e decidiu-se divulgar ao máximo a casa, contactando-se todos os meios de comunicação social ao alcance. Os operários prometeram voltar no dia seguinte. Mobilizou-se pessoal para uma manifestação no dia 18 de Janeiro; pintaram-se as paredes exteriores da casa; penduraram-se bandeiras; distribuíram-se montanhas de panfletos; curiosos vinham ver a casa; os jornais e rádios revelaram uma enorme simpatia pelos okupas e os vizinhos prontificaram-se a ajudar com dinheiro para a recuperação do telhado. Procurou-se o alvará para obras na câmara, verificando-se ser inexistente.



Anunciou-se uma festa para recolha de fundos durante o fim-de-semana seguinte. Apesar desta semana impressionante, um balde de água fria esperava o pessoal na sexta-feira: os operários voltaram pela manhã, acompanhados pela polícia e com um papel da câmara autorizando as obras; curiosamente, neste dia, Fernando Gomes tomava posse do novo mandato, estando por isso os serviços camarários parcialmente fechados.

No dia seguinte, chegaram companheiros de Coimbra e Lisboa. A casa já não existia, mas a ideia não morrera. Mais grupos iniciaram a ocupação doutras casas, ao mesmo tempo. O nº 268 da R. João das Regras continuará como experiência válida numa cidade atrofiada pela pressa de crescer, sem se desenvolver interiormente.

Para contactos, apoios, etc., escrever para Apartado 2323, 4203 Porto Codex.

A mercadoria como espectáculo

GUY DEBORD

Este texto é a transcrição de um extracto (números 40 a 50) da obra de Guy Debord "La Societé du Spectacle" ("A Sociedade do Espectáculo"), publicada originalmente em Paris, em Novembro de 1967. Foi utilizada a versão portuguesa da editora *mobilis in mobile*.



... 40

O desenvolvimento das forças produtivas foi a *história real inconsciente* que construiu e modificou as condições de existência dos grupos humanos, enquanto condições de sobrevivência, e alargamento destas condições: a base económica de todos os empreendimentos. O sector da mercadoria foi, no interior de uma economia natural, a constituição de um excedente de sobrevivência. A produção das mercadorias, que implica a troca de produtos variados entre produtores independentes, pôde permanecer durante muito tempo artesanal, contida numa função económica marginal onde a sua vertente quantitativa está ainda encoberta. No entanto, lá onde encontrou as condições sociais do grande comércio e da acumulação dos capitais, ela apoderou-se do domínio total da economia. A economia inteira tornou-se então o que a mercadoria tinha mostrado ser no decurso desta conquista: um processo de desenvolvimento quantitativo. O alargamento incessante do poderio económico sob a forma da mercadoria, que transfigurou o trabalho humano em trabalho-mercadoria, *em salariado*, conduz cumulativamente a uma abundância na qual a questão primeira está, sem dúvida, resolvida, mas de um tal modo que ela deve sempre reencontrar-se; ela é, cada vez, colocada de novo a um grau superior. O crescimento económico liberta as sociedades da pressão natural que exigia a sua luta imediata pela sobrevivência, mas é então do seu libertador que elas estão libertas. A *independência* da mercadoria estendeu-se ao conjunto da economia sobre a qual ela reina. A economia transforma o mundo, mas transforma-o somente em mundo da economia. A pseudo-natureza na qual o trabalho humano se alienou exige prosseguir ao infinito o seu *serviço*, e este serviço, não sendo julgado e absolvido senão por ele próprio, obtém, de facto, a totalidade dos esforços e dos projectos socialmente lícitos, como seus servidores. A abundância das mercadorias, isto é, da relação mercantil, não pode ser mais do que a *sobrevivência aumentada.*

41

A dominação da mercadoria exerceu-se, antes do mais, de uma maneira oculta sobre a economia, que ela própria, enquanto base material da vida social, permanecia desapercebida e incompreendida, como o familiar que, apesar de tal, não é conhecido. Numa sociedade em que a mercadoria concreta permanece rara ou minoritária, é a dominação aparente do dinheiro que se apresenta como o emissário munido de plenos poderes que fala em nome de uma potência desconhecida. Com a revolução industrial, a divisão manufactureira do trabalho e a produção maciça para o mercado mundial, a mercadoria a-

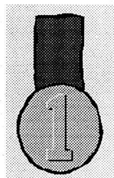
parece efectivamente como uma potência que vem realmente *ocupar* a vida social. É então que se constitui a economia política, como ciência dominante e como ciência da dominação.

42

O espectáculo é o momento em que a mercadoria chega *à ocupação total* da vida social. Não só a relação com a mercadoria é visível, como nada mais se vê senão ela: o mundo que se vê é o seu mundo. A produção económica moderna estende a sua ditadura extensiva e intensivamente. Nos lugares menos industrializados, o seu reino já está presente com algumas mercadorias-vedetas e enquanto dominação imperialista pelas zonas que estão à cabeça no desenvolvimento da produtividade. Nestas zonas avançadas, o espaço social está invadido por uma sobreposição contínua de camadas geológicas de mercadorias. Neste ponto da «segunda revolução industrial», o consumo alienado torna-se para as massas um dever suplementar à produção alienada. É *todo o trabalho vendido* de uma sociedade, que se torna globalmente *a mercadoria total*, cujo ciclo deve prosseguir. Para o fazer, é preciso que esta mercadoria total regresse fragmentariamente ao indivíduo fragmentário, absolutamente separado das forças produtivas, operando como um conjunto. É, portanto, aqui, que a ciência especializada da dominação deve, por sua vez, especializar-se: ela reduz-se a migalhas, em sociologia, psicotécnica, cibernética, semiologia, etc., velando à auto-regulação de todos os níveis do processo.

43

Ainda que na fase primitiva da acumulação capitalista, «a economia política não veja no *proletário* senão o *operário*» que deve receber o mínimo indispensável para a conservação da sua força de trabalho, sem nunca o considerar «nos seus lazeres, na sua humanidade», esta posição das ideias da classe dominante reinverte-se assim que o grau de abundância atingido na produção das mercadorias exige um excedente de colaboração do operário. Este operário, subitamente lavado do desprezo total que lhe é claramente feito saber por todas as modalidades de organização e vigilância da produção, reencontra-se, cada dia, fora desta, aparentemente tratado como uma grande pessoa, com uma delicadeza obsequiosa, sob o disfarce do consumidor. Então, o *humanismo da mercadoria* toma a cargo os «lazeres e humanidade» do trabalhador, muito simplesmente porque a economia política pode e deve dominar, agora, estas esferas, enquanto *economia política*. Assim, «o



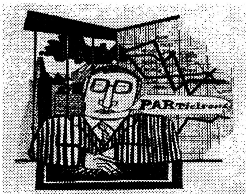


Ilustração de Kiraz, 1968

renegar acabado do homem» tomou a cargo a totalidade da existência humana.

44



O espectáculo é uma permanente guerra do ópio para fazer aceitar a identificação dos bens às mercadorias; e da satisfação à sobrevivência, aumentando segundo as suas próprias leis. Mas se a sobrevivência consumível é algo que deve aumentar sempre, é porque ela não cessa de *conter a privação* Se não há nenhum além para a sobrevivência aumentada, nenhum ponto onde ela poderia cessar o seu crescimento, é porque ela própria não está para além da privação, mas é sim a privação tornada mais rica.

45

Com a automação, que é, ao mesmo tempo, o sector mais avançado da indústria moderna e o modelo em que se resume perfeitamente a sua prática, é necessário que o mundo da mercadoria supere esta contradição: a instrumentação técnica que suprime objectivamente o trabalho deve, ao mesmo tempo, conservar *o trabalho como mercadoria* e único lugar de nascimento da mercadoria. Para que a automação, ou qualquer outra forma menos extrema do aumento da produtividade do trabalho, não diminua efectivamente o tempo de trabalho social necessário, à escala da sociedade, é indispensável criar novos empregos. O sector terciário – os serviços – é o imenso alongamento das linhas de etapas do exército da distribuição e do elogio das mercadorias actuais; mobilização de forças supletivas que encontra oportunamente na própria facticidade das necessidades relativas a tais mercadorias a necessidade de uma tal organização da retaguarda do trabalho.



Ilustração de Kiraz, 1968

46

O valor de troca não pôde formar-se senão como agente do valor de uso, mas a sua vitória pelas suas próprias armas criou as condições da sua dominação autónoma. Mobilizando todo o uso humano e apoderando-se do monopólio da sua satisfação, ele acabou por *dirigir o uso*. O processo de troca identificou-se a todo o uso possível e reduziu-o à sua mercê. O valor de troca é o *condottiere* do valor de uso, que acaba por conduzir a guerra por sua própria conta.

47

Esta constante da economia capitalista, que é *a baixa tendencial*

do valor de uso, desenvolve uma nova forma de privação no interior da sobrevivência aumentada, a qual não está, por isso, mais liberta da antiga penúria, visto que exige a participação da grande maioria dos homens, como trabalhadores assalariados, no prosseguimento infinito do seu esfôrço; e que cada qual sabe que é necessário submeter-se--lhe ou morrer. É a realidade desta chantagem, o facto de o uso sob a sua forma mais pobre (comer, habitar) já não existir senão aprisionado na riqueza ilusória da sobrevivência aumentada, que é a base real da aceitação da ilusão em geral, no consumo das mercadorias modernas. O consumidor real torna--se um consumidor de ilusões. A mercadoria é esta ilusão efectivamente real e o espectáculo a sua manifestação geral.

48

O valor de uso, que estava implicitamente compreendido no valor de troca, deve estar agora explicitamente proclamado na realidade invertida do espectáculo, justamente porque a sua realidade efectiva é corroída pela economia mercantil superdesenvolvida; e porque uma pseudo-justificação se torna necessária à falsa vida.

49

O espectáculo é a outra face do dinheiro: o equivalente geral abstracto de todas as mercadorias. Mas se o dinheiro dominou a sociedade enquanto repre-



Ilustração de Kiraz, 1968

sentação da equivalência central, isto é, do carácter permutável dos bens múltiplos cujo uso permanecia incomparável, o espectáculo é o seu complemento moderno desenvolvido, onde a totalidade do mundo mercantil aparece em bloco como uma equivalência geral ao que o conjunto da sociedade pode ser e fazer. O espectáculo é o dinheiro que se *olha somente*, pois nele é já a totalidade do uso que se trocou com a totalidade da representação abstracta. O espectáculo não é somente o servidor do *pseudo-uso*,é já. em si próprio, o pseudo-uso da vida.

50



O resultado concentrado do trabalho social, no momento da abundância *económica*, torna-se aparente e submete toda a realidade à aparência, que é agora seu produto. O capital não é já o centro invisível que dirige o modo de produção: a sua acumulação estende-se até à periferia, sob a forma de objectos sensíveis. Toda a vastidão da sociedade é o seu retrato.

Juventudeshhhhhhhhhh !!!!

A juventude de hoje, no mundo que supostamente terá abolido as ideologias, tem sonhos diferentes dos que alimentaram a geração de 68. Em vez do "não me libertem, eu encarrego-me disso, esfrangalhou-se no egoísmo do "eu quero ser rico".

Não cairemos em grande erro de estatística se afirmarmos que os indivíduos da faixa etária 15-25 anos são os menos activos politicamente. À excepção, claro, da faixa imediatamente anterior. O discurso de 68, alturas de uma juventude inquieta, era completamente diferente, oposto, numa certa maneira de encarar o mundo e os seus atractivos. Nas ruas de França, da Alemanha, de Itália, o maior prazer era a irreverência, a vontade da descoberta. Hoje, mercê da interligação de vários factores, estes valores estão num plano divergente, o do medo.

À aventura de acreditar na "Imaginação ao Poder" sobrepôs-se o realismo possibilista do "não se consegue fazer melhor, os políticos são todos iguais". O individualismo de "não me libertem, eu encarrego-me disso" esfrangalhou-se no egoísmo do "quero ser rico". Confesso, de minha parte, uma certa tendência para ter um carinho mais especial por uma geração que não é a minha. Se é certo que essa tendência pode levantar a dúvida da parcialidade, o facto de assumir essa parcialidade obriga-me, desde logo, a tentar fugir-lhe o mais possível.

Da imaginação ao realismo. Do sonho ao possibilismo. Da inquietude ao pragmatismo. Realismo, possibilismo, pragmatismo. O decalque, para o ideário de qualquer jovem, das características de qualquer economia. A Filosofia deu origem a todas as outras ciências. Estas foram dando origem a outras, numa escalada vertiginosa de catalogações. A Matemática originou a Economia. Desta saíu a Microeconomia, a Macroeconomia e múltiplas outras economias. No limiar do século XXI, acontece a inversão do fenómeno. Da reprodução para o antropomorfismo. O canibalismo das Ciências Sociais e Humanas. A Economia aparece a diluir-se na Sociologia. De tal forma que, «sobre a pressão de Inglaterra, os Doze optaram por retirar do texto final de conclusões uma frase que estivera presente numa primeira versão, segundo a qual, o plano de médio prazo, que deverá ser desenvolvido ao longo dos próximos meses, "não porá em questão a protecção social dos cidadãos"» (1).

Do culto do eu ao culto do meu. Da criatividade do "queremos tudo" à letargia de "do mal o menos". Do mundo para dentro de si, só para si. Esta é a nossa juventude. O acaso e a genialidade dos estadistas funcionaram de acordo com os anseios de quem os interligou, o poder estabelecido. O advento do ideal democrático, comummente aceite como o melhor que o Homem pode conseguir. O exemplo acabado dum certo tipo de realismo pragmático, a que tenho chama-do possibilismo. "O povo é quem mais ordena", "liberdade", "defesa dos ideais democráticos",... Um gajo diz estas merdas e, depois, é só os jornalistas acreditarem. A ideia mais genial da classe política deste fim de século foi essa.



Mostrar virtudes do seu modo de organização social, acentuando a tónica no aspecto de ser o mais perfeito que se consegue pôr em prática. Nem que seja preciso ir buscar Churchill à sua cova inglesa. Veio a ajuda do Leste. A derrocada do comunismo originou o descrédito nas alternativas. A tão falada era do fim das ideologias tinha finalmente chegado, para gáudio dos agentes do poder. Os jovens estão sem referências. São bombardeados diariamente com informação de vários pontos do globo que parecem provar que, de facto, a chamada de-mocracia pluralista é a única forma possível de entendimento. E ficam-se por aí. O sonho é coisa que não produz. A utopia não tem competitividade. RIGOR! PRODUTIVIDADE! PROGRESSO! Abre-te Sésamo!

O mundo mediático apresentou-se-nos como o grande baluarte da compreensão, da tolerância, da solidariedade. Da rua para o sofá, da imprensa ao audiovisual. A emoção da incerteza deu lugar à apresentação repetitiva das realidades. As pessoas, jovens, já não andam, algures, no mato, a lutar por determinada razão; andam, agora, já ali, no ecrã da TV, aos tiros por alguma razão a que nunca ninguém dá atenção. As imagens aproximaram-se, mas a solidariedade dissipou-se. As distâncias aumentaram. «Ó pá! O Iraque invadiu o Koweit e agora os EUA vão atacar Bagdad». Isso é tão longe... «Ó pá! Aquilo na Bósnia está mesmo mau». Isso é tão longe... «E a violência nazi na Alemanha?» Tão longe... «Que tal a possibilidade de Espanha ter um governo pró-fascista?» Muito longe... «A Lei de Segredo de Estado?». Far away...

António Eduardo

Percursos e concepções

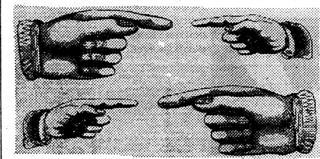
LUÍS CHAMBEL/PAULO ESPERANÇA

Não querendo prolongar *ad aeternum* a polémica que vimos mantendo com Francisco Martins Rodrigues e a OCPO, vimo-nos, todavia, obrigados a voltar ainda ao mesmo assunto, a saber, o das concepções e metodologias perfilhadas por uns e outros. Este texto é a resposta, aliás implicitamente solicitada por FMR, no "Comentário" que teceu à carta ("Basta de Orelhas Moucas!") que enviámos à "Política Operária", e que foi nela publicada, no nº 43 (praticamente na íntegra - há que reconhecê-lo).

Aos leitores de "Inquietação" que manifestarem interesse nisso, prometemos fazer-lhes chegar às mãos o referido exemplar da "Política Operária".

Se, de algum modo, fosse necessário pedir desculpas a Francisco Martins Rodrigues (FMR), do tom da nossa carta a propósito do encontro do 25 de Abril no Porto, em 1993, para que, finalmente, se dignasse responder às questões críticas que lhe colocámos, fá-lo-íamos certamente. Mas FMR e os leitores de "Inquietação" certamente se aperceberão que a "dureza" do nosso texto se articula com questionamentos concretos, com concepções, e todas as adjectivações que usámos para pôr em causa a sua interpretação do já referido encontro (por nós - enquanto membros do Colectivo Inquietação - organizado, junto com outras pessoas e colectivos), se prendem com argumentos desfiados ponto por ponto, e não são, por isso, como pretenderá fazer crer, citando-as em dramática orfandade do seu contexto, os tais arrebiques «*stalinianos*».

Como é evidente, não nos incomodam por aí além as expressões «*staliniano*», «praticantes de saltos mortais», «desnorteada travessia do deserto» - só as citamos para que se possa confirmar facilmente como é hipócrita (e medimos bem a palavra) a indignação com que FMR recebeu as nossas expressões.



Agrada-nos, aliás, que FMR use de forma pejorativa o vocábulo *staliniano*.

Não nos detendo demasiadamente neste ponto, convém, contudo, chamar a atenção dos que nos lêm - e que cada qual encontre os seus próprios adjectivos para o definir - a forma como FMR, sem usar a nossa frontalidade de linguagem (talvez excessiva, mas sempre a propósito - gostávamos de uma crítica séria quanto a isto), nos interpela, ao apontar «as atribuladas contradições do [nosso] percurso ideológico» e ao afirmar que não encontra «naquilo que [escrevemos] nem "balanços" nem a assunção dos erros cometidos». E acrescenta um saboroso: «Vemos muita gesticulação onde deveria haver explicações plausíveis para a viragem efectuada» que fizemos desde uma perspectiva marxista-leninista para uma perspectiva libertária.

Mas FMR lançou-nos um desafio a que não queremos, de forma alguma, esquivar-nos: o de explicarmos «diante de toda a gente» - podemos, por isso, certamente, contar com ele para um balanço crítico do que aqui dissermos - como é que as [nossas] «actuais convicções acentuam o antagonismo face à ordem burguesa e aproximam a "emancipação do ser humano"».

Para começar, FMR exibe, para um dirigente político informado como sabemos que é, um ingénuo e confrangedor desconhecimento dos nossos percursos ideológicos, como se nos tivesse conhecido marxistas-leninistas há vinte anos e, de surpresa, agora, lhe aparecêssemos libertários, sem mais nem para quê. Mas a História existiu. História com percursos naturalmente diferentes entre nós (LC e PE), que há vinte anos militávamos em organizações distintas.

A cisão do PCP(R) que se traduziu no aparecimento da Unidade Comunista (79) não terá certamente sido ignorada por FMR (que a combateu), e já aí se esboçavam alguns passos,

ainda que hesitantes, da crítica ao centralismo democrático e do questionamento das autoridades (de vária ordem). Também o corte com o PC(m-l)P e a proposta do Colectivo Democracia Comunista (80) iam no mesmo sentido. Qualquer um de nós, no interior das organizações em que se empenhou, pôs em causa, por palavras e actos, as suas dissonâncias e reflexões, que os levaram, posteriormente, a encontrar-se no Grupo do Porto (85), que viria a dar origem ao Colectivo Inquietação. Mas será talvez mais instrutivo para FMR e os leitores, citar alguns textos em que demos conta das nossas reflexões a este propósito, sobretudo a partir da altura em que participamos juntos no processo que viria a originar "Inquietação". E não é necessário mais, para quem quiser ver e comprovar a autenticidade da nossa busca, do que, simplesmente, passar os olhos pelo nº 1 de "Inquietação". Aí, também, se explica a FMR como é que as nossas «convicções acentuam o antagonismo face à ordem burguesa». Assim, por exemplo, em "Sonhando", texto assinado pelo Grupo do Porto, de Dezembro de 1985, dizíamos: «Existem, e como tal pensam e sonham, os homens e mulheres que (...) tentam intervir com o melhor que sabem e podem na vida colectiva, repudiando, no entanto, colaborar ou agir nos centros de decisão política criados por lógicas opressoras, intitulem-se democráticas ou não(...). Esta corrente de opinião, sendo aparentemente desprezada pelos grupos sociais organizados em partidos ou outro tipo de associações políticas para quem não há organização sem hierarquia, é, no entanto, alvo de apelos constantes à sua intervenção organizada.

O centralismo democrático é um mecanismo de educação para o poder

(...)

Numa sociedade e num mundo delimitado por divisões geográficas, políticas, sociais e culturais, e pleno de contradições, é natural que existam, e existem na verdade, regional e universalmente, várias propostas de intervenção geradoras de mobilização para a luta de múltiplos extractos, classes ou camadas sociais.

Cada um destes sectores, interpretando à sua maneira o melhor método de pôr em andamento a concretização dos seus sonhos, do seu projecto, propõe... impõe... experimenta.

Todas essas experiências têm permitido que cada um vá equacionando a sua quota-parte nesse projecto, descubra novos valores, outras ideias surjam! Tais novas ideias surgem então com toda a sua força, se são fruto de uma participação militante na vida, livre e sem amarras de qualquer espécie».

Nesse mesmo número, Paulo Esperança, no artigo "Remar contra a Maré - a Desinquietar", dizia, a dado passo: «A experiência vivida em terrenos singulares ou colectivos, foi sendo tendencialmente extrapolada para a análise dos modelos de sociedade até aí apontados como paradigmáticos, e que a vida demonstrou, exigirem em troca da felicidade futura a anulação da consciência, da vontade e da individualidade, tudo em nome de colectivos pretensamente emancipadores, e presentes de luta. (...) Originado por esta e outras questões, considerando as experiências no centro "do palco", fácil foi de concluir que qualquer intervenção que parta de um posicionamento no campo dos oprimidos e explorados, não pode assumir formas de organização em tudo idênticas às que utilizam os opressores, seja a nível orgânico, seja a nível social.

Nasce por isso, e desenvolve-se a fase de compreensão e de balanço, e de evolução, para muitos desses "actores", permitindo ainda que pudessem ser traçados rigorosamente os limites do seu próprio deserto (...)».

Luís Chambel, em "Poder Político e Colectivo Emancipado(r)", reflectia de forma mais lata: «O poder define as normas para ser contestado e ensina a

fazê-lo. Assim, a oposição organiza-se da mesma forma que o poder e constitui, de facto, um poder-sombra, mesmo quando não forma gabinetes alternativos. Os seus dirigentes apoiam-se nos mesmos mecanismos, prosseguem os mesmos objectivos e são reconhecidos de modo idêntico.

(...)

O esquema organizativo do centralismo democrático, inspirado ao mesmo tempo na instituição militar e no parlamentarismo, é um mecanismo perfeito de educação para o poder e de reconhecimento do grau de aceitação do próprio mecanismo.

(...)

O aparelho do Partido reforça-se incessantemente e a sua distância às "massas" não deixa de crescer. O Partido resolve os problemas da revolução e comunica às "massas" o resultado. Estas estão no ponto 0 da escala hierárquica do Partido que, com a sua consciência científica irá rebocá-las. O novo aparelho de Estado, na realidade, está já formado, em embrião, se por acaso o Partido ascende ao poder.

(...)

A política de contestação torna-se, tal como a do poder, uma arte, precisa de especialistas, de funcionários, de autoridades. O círculo está fechado. O Partido tornou-se numa seita, o que não quer dizer que não possa disfrutar de algum "apoio de massas".

Tal método de organização tem sido aplicado em variantes políticas determinadas e com cambiantes derivadas da necessidade ou da escolha de processos de afirmação pela luta aberta ou clandestina».

(...)

Não há senão um tipo de colectivo "político" emancipador, aquele que resulta, precisamente, da conjugação da vontade livre de homens e mulheres dispostos a intervir, a fazê-lo em conjunto, a experimentar na informação/debate e acção as suas inquietações, ideias, propostas, recusas, certos de que podem errar, de que ninguém é, de antemão, detentor ou detonador de nada, que não se arroga como vanguarda e está pois disponível para refazer caminhos.



Que não institui relações de poder dentro do grupo e com outros e limita os poderes que não estando instituídos, podem igualmente ser nocivos (...), cuja maior autoridade é o debate livre e o assumir de novas convicções, dúvidas, percursos, mas que também por isso aceita as propostas, sugestões, contributos de quem quer que seja, se os achar bons, quer conhecer e aprender com as posições alheias, que começa por se questionar a si próprio, que não deseja substituir-se à participação plena, mesmo que contraditória, dos outros grupos, movimentos, pessoas que se cruzam com ele na sociedade. Só um colectivo assim pode ser autêntico e criativo. Mas nada fará substituir o caminho aberto pelo próprio sistema no agudizar da insatisfação geral e na consolidação do processo de ruptura radical».



Uma última palavra para o comentário de FMR, de que «em matéria de luta *concreta* pela liberdade, não [nos vê] competência para [lhe] dar lições»: Para além da sua crítica, noutro passo, insinuar uma atitude desonesta da nossa parte quanto à forma como levamos a cabo a nossa intervenção política (parece um *remake* da concepção que estabelecia as diferenças entre os portugueses honrados e os outros), vem este arroubo de autoridade mostrar que, de facto, FMR evoluiu pouco, em certos aspectos, dos métodos que Cunhal tão bem personificou, à frente do PCP. Se, de certo modo, reconhecemos a FMR *competência* para nos dar lições em matéria *concreta* de luta pela liberdade - e estamos, como atrás ficou dito, disponíveis para aprender seja com quem for -, haverá, por outro lado, nessa mesma matéria, aspectos em que não lhe reconheceremos tal competência. Pensamos também que os métodos que introduziu, ajudou a implementar e desenvolveu na sua actividade política ao longo de muitos anos de actividade, particularmente depois de Abril, em matéria de luta *concreta* pela liberdade, devem servir de lição, mas, em muitos aspectos, pela negativa.

De forma que, não nos resta senão colocar, de novo, frontalmente, o problema a FMR: quais são, a seu ver, as virtudes dos métodos de organização centralistas? É que o «mau filme de terror» não impede FMR de se referir ao tom *staliniano*.

E, quanto a isto FMR tem razão, confessamo-lo, se não fossem certas circunstâncias do evoluir histórico, não estaríamos tranquilos quanto à possibilidade de que nos pretendesse, de facto, amanhã, internar num *gulag*.

CINEMA

"Filadélfia"

"Filadélfia", o primeiro filme de Hollywood sobre homossexualidade e sida, tem tudo para ser o que, nos nossos dias, se designa por politicamente correcto.

Trata-se, sem dúvida de um documento importantíssimo. A identificação dos maus com os intolerantes e dos bons com o homossexual seropositivo é conseguida através da oposição entre os patrões de Andrew Beckett (Tom Hanks), frios e conspiratórios, e a sua família, sempre unida e amiga. Este fenómeno proporciona facilmente o transporte do público para o lugar dos bons, sentindo-se solidário e indignado com este tipo de discriminação. Tendo isto em conta, pedia-se que o filme fosse pedagógico, não só na explicação da realidade da sida e das suas verdadeiras fontes de contágio, mas, sobretudo, na desmistificação de alguns tabus que, mesmo os mais tolerantes, ainda vão tendo. E o filme assim é. Ensina-nos que o contacto físico não transmite a doença. E, apesar de não desmistificar o beijo, apercebemo-nos que nem os bebés correm perigo ao serem tocados, quando Beckett dá o biberão à sobrinha.

Um início em que o ritmo das filmagens e a música apelam para o lado fraternal e um fim, dentro dos possíveis, ao estilo do mais puro *happy end* de Hollywwod, demonstram o carácter comercial e pouco ousado do filme. Os sucessos de bilheteira têm-no confirmado.

Jonathan Demme, acerca de "O Silêncio dos Inocentes", admitiu que não tinha prestado muita atenção à ausência de personagens *gay* positivas nos filmes ou às ideias estereotipadas quando aparecem esses personagens. Com "Filadélfia", o realizador escolhe para homossexual alguém com quem o público se possa identificar - um jovem, branco, bonito e com êxito profissional. E, assim, exuma as suas culpas.

Tom Hanks não tem uma participação perfeita. Na cama do hospital, por exemplo, quando tira a máscara, fala, de início, com uma enorme dificuldade, para depois deixar a voz ir normalizando. De qualquer forma, aparece-nos com a sobriedade suficiente para não cair nas expressões de raiva ou de angústia demasiadamente marcadas. A simples nomeação para um Óscar ajuda a subir o *cachet*. Além disso, ficará sempre identificado com os valores teoricamente mais apreciados pelos ocidentais - tolerância, solidariedade, compaixão.

No fundo, todos ficam a ganhar. O público, a distribuidora, o realizador e Tom Hanks. E, no entanto, fica-me um certo sabor a politicamente incorrecto. Ficou por dizer que, quem tem um poder para o garantir, incentiva as discriminações como forma de desunião e enfraquecimento daqueles que governa. Não querendo dar o ar paranóico de maníaco das conspirações, direi apenas que o facto de não haver legislação específica para a sua protecção é, por si só, um incentivo à discriminação. É, como o racismo, um mal necessário para que as lutas sociais se reduzam o mais possível às bases da pirâmide social, uma forma de promover a competição intra-classista. Em "Filadélfia", o público chega a detestar profundamente os patrões de Andrew Beckett, como se eles fossem culpados de toda a discriminação homofóbica que existe no mundo. Mas não alarga essa revolta a mais ninguém.

António Eduardo



Ama como quieras

LIVROS

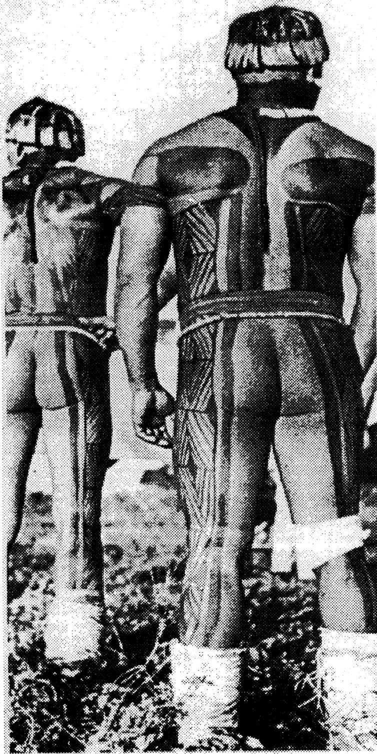
"Resistência do Índio à Dominação Portuguesa"

Esquecerão os índios da região do Brasil o dia 24 de Abril de 1500? Nesse dia, os portugueses, sob as ordens de Pedro Álvares Cabral, deram os primeiros passos para o extermínio, roubo e escravatura dos índios da região brasileira; tudo isto a mando da Coroa portuguesa e com a bênção dos jesuítas; estes, para tal, adoptaram a seguinte lei: caso não seja possível converter os Índios à religião católica pela palavra, então deverá sê-lo pela força.

Cabral, já ia com a lição apreendida, resultado de outras viagens já realizadas pelos Portugueses pela África e a Índia, à procura de ouro, prata e escravos. Como nos informa Luís Luna, os portugueses, mal chegaram ao Brasil, começaram por oferecer espelhinhos e medalhas, «para ganharem a hospitalidade dos índios, e para não mostrarem logo ali as suas verdadeiras intenções». Após as ofertas, seguiu-se logo, em campo aberto, a primeira missa e aí os índios levaram, pela primeira vez, com a água benta na cabeça, o que não veio a ter muitos resultados, pois os Índios tinham e têm a sua religião muito própria,

considerando a Natureza como o seu principal deus. Do primeiro encontro, «três índios foram encaminhados para Lisboa, para com a sua presença confirmar» o achamento. O ouro, a prata e os escravos renderiam bastante no mercado português e nos da Europa, a acrescentar ao que já estava a ser ra-pinado em África e na Índia - o movimento era tão intenso que a Coroa portuguesa, para melhor rentabilizar o negócio da escravatura, criou em Lisboa a "Casa dos Escravos", para se poder melhor vender a mercadoria (índios do Brasil e naturais de África e da Índia).

O historiador Capristano de Abreu lembra que «o Governo isentou de impostos os es-cravos introduzidos até certo número».



Quando os índios se aperceberam das verdadeiras intenções dos Portugueses, como nos diz Luís Luna, «começaram a lutar com todos os meios de que dispunham, até caírem de vencidos, diante das forças esmagadoras; enquanto outros índios apareciam das selvas e atacavam os Portugueses». Era pois devido à resistência dos Índios que «o tráfico de escravos caía, pois os Índios reagiam com violência ao cativeiro e cruzavam os braços ou atrasavam o serviço, e morriam com facilidade, e até com nostalgia». É com a recusa à escravidão e à escravatura, pela parte dos Índios, que os Portugueses vão dar início ao tráfico de negros de África para o Brasil. É hoje mais que sabido que os Portugueses, nas viagens que realizaram, nunca tiveram o intuito de dar a conhecer a sua cultura, ou como nos querem fazer crer alguns brilhantes críticos (pois a maioria cala-se ou faz o serviço que lhes é encomendado), que os navegadores portugueses deram um grande contributo para a Ciência e deram novos mundos ao mundo; é somente isto o que esses críticos referem, de diversas maneiras; a invasão militar e o genocídio dos Índios são, para eles, apenas pormenores que ignoram, para fazerem passar que não existiram; enfim, vale tudo quando não há um pingo de vergonha.

Por último, importa referir e citar algumas passagens do prólogo da editora Fora do Texto, que me parecem da maior importância: «Os resultados a que se chegou sobre a invasão, não foi por obra de ensaístas portugueses, em geral imbuídos desse nacionalismo salazarista cujas sementes ainda hoje proliferam, mas por iniciativa de estudiosos brasileiros».

Quanto às perspectivas de integração dos índios brasileiros na sociedade em geral, também me parece, tal como aos editores, que os Índios são povos contrários ao capitalismo, conservando sempre outros valores culturais, de carácter, esse sim, realmente comunitário.

Herculano Lapa

... Senhoras e senhores... apresentamo-vos...
neste grande circo nacional... os... irmãos...

Intocáveis!!!

PAULO ESPERANÇA

...Eles são a edição corrigida e aumentada dos três mosqueteiros, invencíveis e intocáveis! Sempre na crista da onda, prontos para o que der e vier, antes quebrar que torcer! Eles são o "Deus, Pátria, Autoridade" da nossa "jovem democracia" e símbolos maiores do "Portugal moderno e europeu"! A transição e as mudanças do velho para o novo regime não os afectou, operaram durante algum tempo no silêncio dos deuses, esperaram melhores dias; quando a tempestade amainou, puseram a cabeça fora da toca... e ala que se faz tarde! O poder não se abandona por dá cá aquela palha!

Futebol, Igreja e Forças Armadas são, de novo, a trilogia insuspeita e inatacável do Portugal regenerado..., os resquícios reciclados do Portugal velho... que ninguém ousa contestar!

O *self service* é o seu método, o seu poder, por si determinado, a sua interdisciplinaridade contundente! O quero, posso e mando... determina os seus comportamentos!

Embora com especificidades próprias, percorrendo caminhos paralelos, armam-se com os mesmos argumentos de impunidade, não hesitando em alianças sempre que delas possam surgir factores de coesão e maior força. Futebol, Igreja e Forças Armadas mantêm-se, perenemente, como *lobby* de intocáveis porque, apesar de tudo, têm um mesmo desígnio a atingir: manipular tudo o que pode ser manipulado para que o seu Estado sobreviva, independentemente das crises do "Estado político" que os receia.

A promiscuidade entre si e entre a "política" que dizem recusar, as interdependências, os apoios que se prestam uns aos outros, fazem, na verdade, do Futebol, da Igreja e das Forças Armadas, um país à parte no grande circo nacional que é esta região do mundo chamada Portugal.

Receita

A receita é simples:

- Pegue-se num qualquer dirigente desportivo, de preferência autarca, se possível socialista, e convide-se a integrar a Comissão de Honra na homenagem a um qualquer obscuro cónego, conotado com qualquer uma das múltiplas redes bombistas de 75;

- Sem deixar pegar, e em lume brando, junte-se, de seguida, um militar com uma ou outra condecoração nos tempos da guerra colonial, se possível também figura de proa do futebol luso, e com relações cordiais com as figuras de topo da cena política actual;

- Misture-se, finalmente, um bispo bem falante a fazer o elogio fúnebre de comandos mortos em "instrução", realçando o papel formador e cívico do serviço militar.

...Tenha cuidado porque o repasto é explosivo!!!...

De facto, e apesar da mistura ser EXPLOSIVA - e a prática recente bem o comprova -, ninguém parece preocupado e os ingredientes de tal manjar continuam a passar, incólumes, à nossa mesa, sem que se lhes possa dar uma trinca!

Futebol, Igreja e Forças Armadas gozam de salvo-conduto eterno e intocável; respeitam, ou não, a Constituição da República de acordo com o seu querer, combatem ou apoiam o poder político conjuntural... se isso lhes for favorável, mantêm-se "independentes e apartidários" se querem jogar em todos os tabuleiros; no fundo, são poder ou contra-poder conforme os interesses tácticos, porque eles estão Acima e Para Além do poder.

O primeiro-ministro pode ser violentamente criticado pela oposição ou mesmo por um órgão dirigente da Igreja, mas... ao cardeal patriarca, quem ousa atacar? O Presidente da República pode ser acusado de força de bloqueio, assim como os tribunais e o Procurador-Geral, mas... quem se atreve a denunciar o despotismo da instituição militar, que não se coíbe de impor as suas próprias exigências no Orçamento Geral do Estado? O secretário de Estado responsável pelo desporto pode, e é, criticado porque não apoia este ou aquele sector, mas...

quem arrisca dizer que o «rei vai nu» na tribo do futebol? E porque não aparecem as provas da corrupção na arbitragem ou do enriquecimento de muitos dirigentes de clubes de futebol, súbita e injustificadamente?!

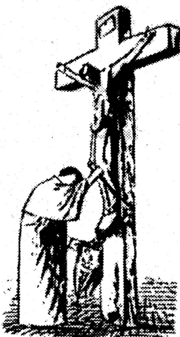
Futebol, Igreja e Forças Armadas são o vértice, o polarizador rigoroso, o foco de unidade entre todos «os portugueses honrados», ainda que desavindos no dia a dia ou contraditórios na hora sagrada do voto.

Esta trilogia de intocáveis constitui-se em elemento supra-nacional: o que as campanhas eleitorais dividem, aí está o Estádio das Antas, da Luz ou do Bessa para reconciliar! A CGTP e a UGT celebram o 1º de Maio separados e em antagonismo, mas aí temos o Santuário de Fátima ou o bispo de Braga a abençoar os irmãos sazonalmente divididos! Os cidadãos atropelam-se na fila do autocarro, pegam-se porque o merceeiro aumentou um escudo às batatas, chateiam-se com os colegas porque não foram promovidos, mas... a redenção chega no 10 de Junho e até uma lagrimazinha furtiva assola quando se vê *uma pátria com tantos peitos condecorados!* O presidente da Câmara reage violentamente às diatribes do candidato da oposição, mas... aí estão o Dia das Forças Armadas, a compra das fragatas Meko, a doenca do Soares Carneiro, os tratados militares, as Comemorações dos Descobrimentos, a possível presença da Selecção Portuguesa no Mundial que se seguir ao dos Estados Unidos, o retorno à boa forma do Paulo Futre, a crise no Sporting, a construção de mais uma igreja, as obras no Paço Episcopal de Bragança, o culto mariano, etc., para os apaziguar e fazer desfilar em unidade! A luta de classes separa empregados de empregadores? Não faz mal: uma ida colectiva ao futebol, uma excursão a Fátima ou uma viagem conjunta a um qualquer juramento de bandeira reaproxima-os e faz esquecer velhos desaguisados.

Em tempo de guerra não se limpam altares

Ser presidente de um grande clube (e também dos pequenos, nem que seja como trampolim para voos mais altos), bispo ou membro influente da hierarquia religiosa, ou ainda titular de um qualquer cargo militar, é bem mais importante que ser ministro do Ambiente, mesmo que se saiba contar anedotas! Mas tal facto não será de admirar! Os homens da "política" cumprem mandatos do "povo" que, pelo menos de quatro em quatro anos, pode modificar a sua intenção de voto. É o regime da alternância a funcionar! Mas quem é que se deixa de consi-derar benfiquista para passar a clamar pelo Sporting? E quem passa de católico a budista? E quem se arrisca a negar a inutilidade dos exércitos e das suas despesas sumptuárias? Ninguém, ou quase ninguém! Futebol, Igreja e Forças Armadas ditam as regras do jogo, porque o seu poder é intemporal!

E é porque sabem, exactamente, que esse poder é intocável, que os vários partidos e organizações políticas, sindicais e sociais, por mais "à esquerda" que se posicionem, nunca ousam «pegar o touro pelos cornos», preferindo fazer de conta que não vêem, não ouvem e não sentem! E não é porque não existam factos ou argumentos para denunciar!



A paz

Quem se revolta publicamente contra o facto de haver jogadores de futebol a auferir rendimentos mensais na ordem da dezena de milhares de contos, pagando tantos impostos como um simples empregado de escritório que, o único crime que cometeu é não ter jeito nenhum para fazer uma finta? Quem põe em causa, no que se chama mesmo pôr em causa, a promiscuidade financeira entre os clubes de futebol e a banca, empresas públicas, etc.? Quem arrisca, no que se chama mesmo arriscar, a denunciar a vida faustosa da hierarquia religiosa e - apesar do Estado se definir



constitucionalmente como laico - a constante e pseudo-moralizante interferência dos bispos na vida pública do país? Porquê o silêncio sobre os empréstimos a fundo perdido concedidos a nível internacional, central e regional, para construção de infra-estruturas desportivas, rebaixamento de estádios, instalação de camarotes, etc., onde, depois, só se entra a troco de proibitivos bilhetes? Porque não merece qualquer crítica o volume crescente de bens patrimoniais da Igreja, sem que esteja sujeita aos mesmos deveres de propriedade que os restantes cidadãos? Quem se atreve a incriminar os responsáveis militares pelos "acidentes" que, ciclicamente, se desencadeiam nas recrutas?

Claro que a resposta à maior parte destas perguntas é inequívoca: Ninguém, ou quase ninguém! É que «quem tem cu, tem medo»! E os votinhos nas eleições tanto vêm dos portistas como dos benfiquistas, dos ateus ou dos testemunhas de jeová, dos capitães, como das mães dos soldados!

Será que é mesmo verdade que é tão fácil um presidente de um clube de futebol passar pelo buraco de uma agulha como um general não se rever no reino dos céus?!

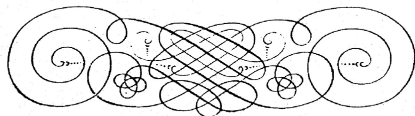
Deve ser porque em tempo de guerra não se limpam altares e em exército que ganha não se mexe!

Fiquem todos, desportivamente, na santa paz do Senhor!

sou quem sabes

"A Batalha"..- Ap.do 5085, 1702, lisboa codex, Portrugal
"Acção Directa"..- Ap.do 1041, Camarate, 2685 Sacavém, Portugal
"El Acratador"..- Ap.do 20197, 50080, Zaragoza, Espanha
"Agitazion"..- C/ Rio Sil, 13 bajo, 33210, Gijón, Espanha
"A Hidra"...- Ap.do 8, Amora, 2840 Seixal, Portugal
"Ah 'zine"..- Ap.do 3, S. João do Estoril, 2768 Estoril, Portugal
"Akefalos"...- Ap.do 37120, 08080, Barcelona,Catalunha (Esp.)
"Al Margen"..- C/ Baja, 8, 1°, 46003, Valencia, Espanha
"Anarkiviu"..- Via M. Melas, 24, 09040, Guasila, Itália
"Anarquismo"..- Ap.do 1188, 31015, Iruñea, Euskadi (Espanha)
"Atitude Alternativa"..- Ap.do 72, 2135 Samora Correia, Portugal
"Boletim de Informação Anarquista"................- Ap.do 40, 2801, Almada, Portugal
"Contra a Corrente"..- Ap.do 5341, 4022 Porto, Portugal
"Cadernos Insurreição"......................................- Ap.do 4013, 4001, Porto, Portugal
"Crack"..- Ap.do 2011, 4201 Porto, Portugal
"Etcetera"...- Ap.do 1363, 08080 Barcelona, Catalunha (Esp.)
"Ekintza Zuzena"...- Ap.do 235, 48080 Bilbo, Euskadi (Espanha)
"Freedom"... ..- 84b,Whitechapel High St. London, E1 7QX,, G.Bretanha
"Germinal".. .....- Via Mazzini, 11, 34121, Trieste, Itália
"Gajo"..- Caixa Postal 14576, 22412, Rio de Janeiro, Brasil
"Habemus Fancinea"..- Ap.do 503, 20600 EIBAR, Gipuzkoa, Euskadi (Esp.)
"L'Étoile Noire"..- 107258 Moscovo, per.Alymova, 13, kv.24, Rússia
"El Militante"...- Ap.do 20197, 28080, Madrid, Espanha
"Le Monde Libertaire".......................................- 145, rue Amelot, 75011, Paris, França
"La Lletra A"...- C/ La Cera, 1 bis, 08001, Barcelona, Catalunha (Esp.)
"Loonatic" ("Lunatik") ....- Ap.do 4102, 4002, Porto, Portugal
"Malasartes"..- Ap.do 23, 3200, Lousã, Portugal
"Mar"..- Ap.do 21772, 1138, Lisboa, Portugal
"Mordicus"...- BP 11 75622 Paris, 13, França
"Morte à Censura"..- Ap.do 75, Torre da Marinha, 2840 Seixal, Portugal
"Mulibu"...- Ap.do 40, 2800, Almada, Portugal
"Naturanimal"..- Ap.do 75, Torre da Marinha, 2840 Seixal, Portugal
"Notícias de Parte Nenhuma" - "Crise Luxuosa".- Ap.do 21477, 1134, Lisboa, Portugal
"Política Operária"..- Ap.do 1682, 1016, Lisboa, Portugal
"Quilombo"..- BP 781, 75124, Paris, França
"Radical Gay"...- Ap.do 8294, 28080, Madrid, Espanha
"Les Realités d'Ecologie.....................................- 9, rue des Gestes, 31000 Toulouse,França
"Ruido e Rabia"... - PO Box 171, 20400 Tolosa, Gipuzkoa, Euskadi (Esp.)
"O Sal da Ira"... .- Ap.do 2529, 1113, Lisboa, Portugal
"Science as Culture"..- 26 Freegrove Rd, London, N7 9RQ, Grã-Bretanha
"Tierra y Libertad"...- Ap.do 107, Vila-Real, Castellón, Espanha
"Volontà"...- CP 10667, 20110, Milano, Itália

Nota: Esta selecção não implica a concordância do Colectivo Inquietação com o conteúdo das publicações citadas.



ESTALINE A CAMINHO DE PRAGA EM 1977

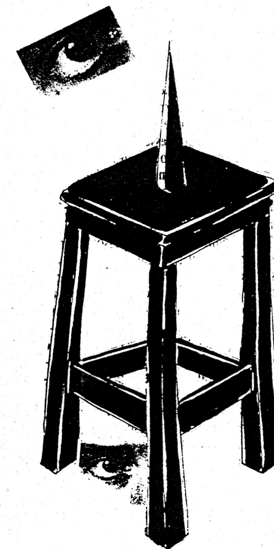
Por exemplo este muro de prisão:
se o vires
por dentro
saberás imediatamente a quem ele serve
o socialismo
ou a ordem antiga

Se não sabes isso
então é porque não tens
olhos como eu os tive
penetrantes
então não tens o direito de ter olhos
a não ser o último direito
o de ver os teus próprios erros

Mas não importa se o muro
pertence já à nossa construção
ou ao património do passado
e apenas foi salvo pela sua adequação
ao nosso objectivo:
ele é útil
mas imperfeito

Pode desmoronar-se
devido a sabotagem do interior
ou a amnistias tacticamente necessárias
mas que apesar de tudo
libertam inimigos
pelo menos
até serem presos de novo

Mais forte do que este muro
era o seu irmão de poucas falas
o tiro na nuca
depois da confissão
que acabava sempre por ser verdadeira
qualquer que fosse o processo de a conseguir
porque ela como ele servia
a causa justa
a estratégia do futuro
a morte pela vida



Erich Fried,
"Quem Manda Aqui?"